

ISSN 1808678-0



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR
01330-000 SÃO PAULO SP
www.fgv.br/direitogv
publicacoes.direitogv@fgv.br

v.5 n.6 : novembro 2008

Cadernos DIREITOGV

MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

APRESENTAÇÃO - Ary Oswaldo Mattos Filho
AULA INAUGURAL - José Eduardo Campos de Oliveira Faria
APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA - Oscar Vilhena Vieira,
Ronaldo Porto Macedo Jr., Flavia Portella Püschel
e Carlos Ari Vieira Sundfeld

SEMINÁRIO **26**
v.5 n.6 : novembro 2008



CADERNOS DIREITO GV

v.5 n.6 : novembro 2008

PUBLICAÇÃO DA **DIREITO GV**
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ISSN 1808-6780

OS CADERNOS DIREITO GV TÊM COMO OBJETIVO PUBLICAR RELATÓRIOS DE PESQUISA E TEXTOS DEBATIDOS NA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO. A SELEÇÃO DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DA COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES DA DIREITO GV.

EDITOR

DESDE 2004, **JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ**

DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV
Todos os direitos desta edição são reservados à **DIREITO GV**

DISTRIBUIÇÃO
COMUNIDADE CIENTÍFICA

ASSISTENTE EDITORIAL
FABIO LUIZ LUCAS DE CARVALHO

PROJETO GRÁFICO
ULTRAVIOLETA DESIGN

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
GRÁFICA MAIS

DATA DA IMPRESSÃO **NOVEMBRO/2008**

TIRAGEM **500**

PERIODICIDADE **BIMESTRAL**

CORRESPONDÊNCIA

PUBLICAÇÕES DIREITO GV

RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR

01330-000 SÃO PAULO SP

WWW.FGV.BR/DIREITOGV

PUBLICACOES.DIREITOGV@FGV.BR

CADERNOS DIREITO GV

v.5 n.6 : novembro 2008

CADERNOS DIREITOGV

MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

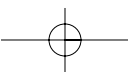
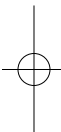
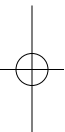
APRESENTAÇÃO - Ary Oswaldo Mattos Filho

AULA INAUGURAL - José Eduardo Campos de Oliveira Faria

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA - Oscar Vilhena Vieira, Ronaldo Porto
Macedo Jr., Flavia Portella Püschel e Carlos Ari Vieira Sundfeld



SEMINÁRIO **26**
v.5 n.6 : novembro 2008

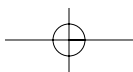
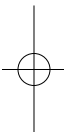
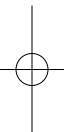


INTRODUÇÃO

A DIREITO GV deu início, em agosto de 2008, a seu Programa de Mestrado em Direito e Desenvolvimento, aprovado pela Capes em dezembro de 2007.

O evento de lançamento foi realizado em 12 de março de 2008 no auditório da DIREITO GV e contou com a presença da Diretoria da Escola e de professores do programa.

O papel do Direito na construção do desenvolvimento foi o tema da conferência de José Eduardo Campos de Oliveira Faria, professor titular da Faculdade de Direito da USP. O coordenador do programa de mestrado da DIREITO GV, Oscar Vilhena Vieira, e os professores da DIREITO GV, Carlos Ari Vieira Sundfeld, Flavia Portella Püschel e Ronaldo Porto Macedo Jr., apresentaram, em seguida, um panorama geral do programa.



ÍNDICE

CRÉDITOS 7

APRESENTAÇÃO

ARY OSWALDO MATTOS FILHO 11
(*DIRETOR* – DIREITO GV)

PAPEL DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

JOSÉ EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA FARIA 13
(*PROFESSOR TITULAR* – FACULDADE DE DIREITO DA USP)

PANORAMA GERAL DO PROGRAMA DE DIREITO E DESENVOLVIMENTO DA DIREITO GV

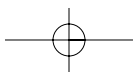
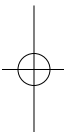
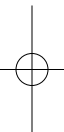
OSCAR VILHENA VIEIRA 43
(*COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO* – DIREITO GV)

O QUE DIFERENCIA O PROGRAMA DE MESTRADO DA DIREITO GV?

RONALDO PORTO MACEDO JR 49
(*PROFESSOR* – DIREITO GV)

FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL 55
(*PROFESSORA* – DIREITO GV)

CARLOS ARI VIEIRA SUNDFELD 59
(*PROFESSOR* – DIREITO GV)



CRÉDITOS

Ary Oswaldo Mattos Filho

Pós-doutor pela Universidade de Harvard

Diretor da DIREITO GV

Organizador de *Reforma Fiscal: coletânea de estudos técnicos* (Dórea Biiks and Art)

Jose Eduardo Campos de Oliveira Faria

Livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor titular da Faculdade de Direito (FD) da Universidade de São Paulo (USP)

Autor de *O direito na economia globalizada* (Malheiros) e organizador de *Regulação, direito e democracia* (Fundação Perseu Abramo)

Oscar Vilhena Vieira

Pós-doutor pelo *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford

Professor e coordenador do programa de mestrado em direito e desenvolvimento da DIREITO GV

Autor de *Direitos fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF* (Malheiros) e organizador de *Direitos humanos, Estado de Direito e a construção da paz* (Quartin Latin)

Ronaldo Porto Macedo Jr.

Pós-doutor pela *Yale Law School*

Professor da DIREITO GV

Autor de *Contratos relacionais e defesa do consumidor* (Revista dos Tribunais) e organizador de *Curso de filosofia política* (Atlas)

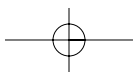
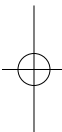
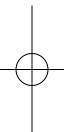
Flavia Portella Püschel

Doutora pela Faculdade de Direito (FD) da Universidade de São Paulo (USP)

Professora da DIREITO GV

Pesquisadora do núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

Autora de *A responsabilidade por fato do produto no CDC: acidentes de consumo* (Quartier Latin) e organizadora de *Organização das relações privadas: uma introdução ao direito privado com métodos de ensino participativos* (Quartier Latin)

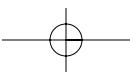
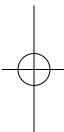
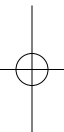


Carlos Ari Vieira Sundfeld

Doutor pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Professor da DIREITO GV

Organizador de *Direito administrativo econômico* (Malheiros) e *Parcerias público-privadas* (Malheiros)



MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

AULA INAUGURAL – José Eduardo Campos de Oliveira Faria

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA – Oscar Vilhena Vieira, Ronaldo Porto Macedo Jr.,
Flavia Portella Püschel e Carlos Ari Vieira Sundfeld

APRESENTAÇÃO

ARY OSWALDO MATTOS FILHO

(DIRETOR – DIREITO GV)

É uma alegria poder recebê-los em um momento muito especial para a nossa Escola, no qual partimos para a implementação da penúltima etapa da criação de uma escola de Direito.

A criação do programa de mestrado – autorizada no fim do ano passado e cujo processo de seleção será realizado no meio do ano – foi um processo longo, demorado e inovador. Graças ao trabalho de colegas nossos, os professores Antonio Ignácio Angarita Ferreira da Silva e Oscar Vilhena Vieira, finalmente nós podemos dar andamento a mais essa etapa na busca de um sonho da Fundação Getúlio Vargas: criar uma escola de Direito que tenha um modelo alternativo, para que a sociedade brasileira possa decidir para que lado vai.

O nosso mestrado vai ser detalhado pelo professor Oscar Vilhena Vieira – coordenador do curso –, mas segue a trilha que, com sucesso, foi implantada na graduação, ou seja, é um curso em que o estudar e o pensar são tarefas fundamentais, às quais a Escola, por meio de seus professores e alunos, se propõe a realizar.

A Escola não compete com os escritórios, as empresas e as instituições financeiras no tempo dos bacharéis. O ato de estudar – e aqueles que já passaram por um curso de pós-graduação no exterior puderam verificar – é muito mais proveitoso, frutífero, se a mente e todos os neurônios estiverem voltados ao estudo, que pressupõe também metodologias que estamos desenvolvendo e estudando, com os alunos do curso de graduação, fundamentalmente metodologias interativas, por meio de uma grade nova, que

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

pressupõe pensar o Direito ante o Brasil, e não o Direito ante a Alemanha, ante a Itália, ante os Estados Unidos etc.

O nosso foco é o tema “Direito e Desenvolvimento”. Qual é o papel do direito no desenvolvimento? Qual é o papel do direito ao atrapalhar o desenvolvimento? Esse é um sonho que agora começa a se materializar. Creio que é extremamente instigante e, nesses termos, dou as boas-vindas a todos em nome da Fundação Getulio Vargas e da nossa Escola de Direito.

Tenho agora o prazer de convidar a falar a todos nós um grande amigo desta casa, que vem nos acompanhando desde o início e, por meio de seus conselhos e críticas, fazendo com que nós alcancemos esse resultado que a sociedade de São Paulo nos dá e a comunidade jurídica de São Paulo nos outorga. Eu pediria ao professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria que assumisse o pódio e, depois, ao professor Oscar Vilhena Vieira que funcionasse como explicador e mestre de cerimônia.

PAPEL DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

JOSÉ EDUARDO CAMPOS DE OLIVEIRA FARIA

(PROFESSOR TITULAR – FACULDADE DE DIREITO DA USP)

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, permitam-me manifestar a alegria de voltar a esta casa, onde tenho amigos fraternos, e a satisfação pelo honroso convite para participar deste evento acadêmico. Em segundo lugar, diria que esta aula inaugural é atípica, na medida em que a Fundação Getulio Vargas está implantando seu curso de mestrado na área de Direito, motivo pelo qual ainda não selecionou a primeira geração de pós-graduandos. As aulas inaugurais, como todos aqui sabem, fazem parte dos ritos de passagem das instituições de ensino; simbolicamente, elas marcam o início das atividades letivas, permitindo com isso a socialização dos alunos recém-ingressantes na vida acadêmica com os colegas mais velhos, os veteranos; substantivamente, as aulas inaugurais não podem ser comparadas às aulas normais desta ou daquela disciplina ou de um curso, configurando, apenas e tão-somente, uma oportunidade para que professores e alunos possam debater determinadas idéias, apresentar novas questões ou submeter à apreciação crítica contribuições que eventualmente possam redefinir e até tentar alargar as fronteiras do conhecimento.

Toda universidade tem sua tradição, seus procedimentos e seus ritos e a Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DIREITO GV), evidentemente, não foge à regra. Neste rito de passagem, do qual tenho a honra de participar, meus propósitos são bastante modestos. O que pretendo fazer nesta aula inaugural é, apenas e tão-somente, mapear e avaliar o projeto de pós-graduação *stricto sensu* aqui concebido, e cujo campo temático envolve a relação entre direito, por um lado, e desenvolvimento, por outro. Instrumentalmente, em que medida o direito pode ajudar na implementação de projetos de desenvolvimento que envolvem, entre outros fatores, forte intervenção do Estado, formação de poupança compulsória, investimentos públicos em infra-estrutura, planejamento, políticas de substituição de importações e proteção fiscal e tarifária da indústria nacional? De que

modo o direito pode atrapalhar ou atuar como obstáculo aos projetos de desenvolvimento econômico, como já se afirmou neste país por ocasião, por exemplo, da imposição dos chamados “atos institucionais” na época da ditadura militar, especialmente o ilustrativo preâmbulo do AI-5, de 13 de dezembro de 1968?

Nesta exposição, o fio condutor será menos a idéia de direito e mais a idéia de desenvolvimento, que sempre se pautou por uma ampla gama de ambigüidades. Por exemplo, desenvolvimento já foi visto como a assimilação dos valores materiais da civilização industrial em função de um projeto de afirmação nacional. Igualmente, foi tratado como sinônimo de *modernização* e de *ocidentalização* - ou seja, como uma forma de transplantar a civilização material e os valores de países capitalistas da europa ocidental em continentes como Ásia e África. Desenvolvimento também já foi definido como um processo de acumulação subordinado à lógica de um sistema de incentivos materiais e de tributação progressiva com vistas à construção de sociedades crescentemente igualitárias. Em outra vertente ideológica, desenvolvimento já foi pensado como uma espécie de corrida de revezamento em que o bastão é um conjunto de inovações científicas, de novas tecnologias e de novas instituições econômicas e políticas que vão se sucedendo ao longo de ciclos históricos.

Em uma perspectiva mais descritiva, desenvolvimento é uma idéia que se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Nesse sentido, desenvolvimento resulta de uma ação deliberada; mais precisamente, é fruto de uma *política* - e daí decorre a importância do Estado, cuja principal atribuição seria formulá-la e implementá-la. No entanto, que suporte social deveria ter esse Estado para poder estabelecer prioridades, impor metas e mobilizar recursos escassos para tentar concretizá-las? Igualmente, como obter um mínimo de consenso na definição dessas metas e prioridades se a sociedade é marcada por desigualdades? Desenvolvimento implica, assim, um processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia em inovações técnicas postas a serviço de um sistema de dominação social. Em face da extensa gama de alternativas que esse sistema propicia, as forças políticas tendem a pressionar com o objetivo de reduzir as desigualdades e

é da atuação dessas forças que resultam movimentos ascendentes e descendentes nas posições sociais e nas condições de acumulação econômica. Os conflitos de interesse e as lutas políticas surgidos nesse processo têm por denominador comum o fato de que pretendem explicitar um conjunto de fins a partir de uma visão global da sociedade; deste modo, torna-se possível identificar novos planos de convergência de interesses de grupos que a estratificação social tende a isolar ou a colocar em posições antagônicas.

Na América Latina, particularmente, a questão do desenvolvimento cresce de importância a partir da crise da década de 1930, quando o problema da apropriação, concentração e centralização dos excedentes econômicos converte-se no nó górdio do sistema de interdependência mundial. Até o início dessa década, as funções e atribuições do setor público permaneceram mais ou menos semelhantes ao que eram no começo do século. Isso mudou após o colapso dos mercados financeiros em 1929 e o devastador impacto causado pela quebra da bolsa de Nova York. Na América Latina, a crise da década de 1930 é uma espécie de divisor de águas na questão do desenvolvimento, pois, a partir daí, é que se começa a discutir a necessidade de um “empurrão”, por meio de intervenção do poder público e investimentos privados estrangeiros, para romper o círculo vicioso entre pobreza e atraso que travava o crescimento econômico dos países da região.

Como rompê-lo, com o objetivo de assegurar a chamada “decolagem” ou “arranco” para o progresso? Pelo menos, em um primeiro momento, essa questão girou em torno da discussão sobre três papéis fundamentais que o Estado poderia exercer para converter economias primário-exportadoras em economias industrializadas. O primeiro papel seria promover o ajustamento na alocação de recursos. O segundo papel seria promover a distribuição de renda em bases minimamente eqüitativas. Por fim, o terceiro papel seria manter a inflação sob controle e assegurar as condições básicas para a estabilidade macroeconômica.

No que se refere ao ajustamento na alocação de recursos na América Latina, a literatura enfatizará a importância da produção de bens públicos, bens semi-públicos e os demais bens. No caso dos bens públicos, entre os quais se destacam a segurança e a justiça, como são bens indivisíveis com relação ao consumo, têm de

ser fornecidos pelo Estado. Ou seja, uma vez que respondem a uma necessidade coletiva e a uma vontade política, esses bens não podem ser satisfeitos pela iniciativa privada. Os bens semi-públicos, como é o caso da educação e da saúde, poderiam ser prestados em determinados momentos e em determinadas condições pela iniciativa privada. Mas esses bens também podem ser oferecidos pelo Estado com base num critério de rentabilidade social. Parte da literatura valoriza a presença do Estado no financiamento dos sistemas de ensino e saúde como condição de formação de capital humano, de reunião de fatores que podem levar ao processo de desenvolvimento acelerado. Quanto aos demais bens, eles poderiam ser produzidos e oferecidos pela iniciativa privada.

A questão que se coloca a partir daí na discussão sobre desenvolvimento econômico, na América Latina, é no sentido de saber se essa produção de bens públicos, semi-públicos e demais bens deveria ser pensada dentro de cada país como fator de geração de emprego, o que justificaria a opção por estratégias de substituição de importações e de mercados tarifária e fiscalmente protegidos. Ou, então, se seria possível caminhar em uma linha mais favorável ao livre jogo de mercado, principalmente à exposição da economia doméstica a fluxos externos ou a relações de comércio mais abertas, livres e desimpedidas de entraves burocráticos, fiscais e tarifários.

Do ponto de vista do ajustamento na distribuição de renda, a literatura sobre desenvolvimento na América Latina, tendo como premissas a deterioração das trocas nas relações entre centro e periferia e as desigualdades sociais históricas nos países da região, enfatiza a questão relativa às chamadas “despesas de transferências” e a questão da utilização do sistema tributário como um instrumento de distribuição mais eqüitativa de renda. No que se refere especificamente à questão da manutenção da estabilidade econômica, a literatura chama atenção para três pontos. Primeiramente, para a idéia da moeda estável, como fator de diferenciação social, de integração econômica e de desenvolvimento. Em segundo lugar, para a idéia de estabilidade macroeconômica, enquanto condição necessária - ainda que não suficiente - para a consecução do desenvolvimento. Em terceiro lugar, para a idéia de elaboração de políticas setoriais que poderiam ser concebidas e implementadas

tomando-se por modelo as estratégias de crescimento adotadas por determinados países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra ou Alemanha. Neste caso, a idéia é que bastaria seguir as receitas desses países para que o então chamado “terceiro mundo” pudesse crescer economicamente e corrigir suas distorções sociais.

Quando examinamos a literatura sobre desenvolvimento na América Latina, a partir da década de 1930, podemos perceber todas essas questões relativas ao papel e às atribuições do Estado, do ponto de vista da promoção de ajustamento na alocação de recursos, da distribuição de renda e da manutenção da estabilidade macroeconômica. Essa literatura prevalecerá durante bom tempo nos meios acadêmicos, marcada por um pano de fundo representado, por um lado, pela Guerra Fria e pelas tensões decorrentes da bipolaridade na ordem mundial do pós-guerra, e, por outro lado, pelos embates ideológicos entre reforma e revolução, entre capitalismo e socialismo, entre mercado e planejamento, entre planejamento indicativo e planejamento normativo, entre interesses individuais e vontade geral.

Com o tempo, essa literatura e as discussões por ela propostas serão fortemente impactadas por alguns grandes acontecimentos, como a revolução chinesa, a guerra de libertação da Argélia, a revolução cubana e a questão do Vietnã. Do ponto de vista específico do direito, não se pode desprezar duas importantes experiências, ambas fracassadas. A primeira foi a tentativa de se modernizar o Irã, na gestão do xá Reza Pahlevi, mediante a importação de estruturas jurídicas, de mecanismos legais e de instituições judiciais ocidentais. A idéia era utilizar a racionalidade lógico-formal do direito para neutralizar ou reduzir o peso excessivo do islamismo na vida social e econômica, considerado um obstáculo ao desenvolvimento e à industrialização. A segunda experiência foi a descolonização africana, na década de 1960, quando os Estados, recém tornados independentes, tentaram construir suas instituições governamentais com base na herança jurídica e na infra-estrutura político-administrativa dos países colonizadores.

Quando nos voltamos para o passado com olhar crítico, percebemos que a literatura sobre desenvolvimento na América Latina está dividida em pelo menos três grandes correntes. Fortemente inspirada pelo intervencionismo keynesiano, a primeira corrente é

representada por concepções de desenvolvimento prevalecentes no *establishment* de organismos multilaterais, como o Banco Internacional de Reconstrução Econômica (BIRD) e o Departamento Econômico da ONU. Moderada e reformista, a segunda corrente é formada por concepções de desenvolvimento de inspiração social-democrata. Mais radical e voltada às transformações ocorridas no capitalismo mundial, principalmente a internacionalização do capitalismo industrial e sua penetração nos países periféricos, a terceira corrente é formada por concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento forjadas a partir de idéias marxistas sobre o imperialismo.

As concepções de desenvolvimento prevalecentes no *establishment* dos organismos multilaterais podem ser classificadas em tipologias e abordagens teóricas de caráter evolucionista, estruturalista e sistêmico-funcionalista. As concepções de desenvolvimento de inspiração social-democrata e cariz keynesiano são aquelas formuladas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) por economistas e cientistas sociais como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Celso Furtado. Na vertente mais à esquerda, surgida a partir da década de 1950 com o objetivo de repensar o ‘modelo cepalino’ e oferecer alternativas de interpretação para a dinâmica social na América Latina, destacam-se duas correntes. Uma delas é integrada pelos chamados “teóricos da dependência”, como Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. A outra tem em André Gunder Frank, Thetônio dos Santos e Ruy Mauro Maurini as figuras intelectuais mais conhecidas.

Combinando análise econômica com análise política, sob forte influência estruturalista, os teóricos da dependência viam a crise de industrialização na América Latina como decorrência da crise do projeto de constituição do capitalismo nacional fundado em estratégias de substituição de importações. Afirmando que não havia a inevitabilidade de uma forma específica de dependência, afirmavam que as economias periféricas latino-americanas, longe de serem homogêneas, distinguíam-se a partir do modo como os grupos e classes sociais se articulavam entre si e com os países centrais. Nesse sentido, a dependência não resultaria de mera imposição externa, mas da combinação de fatores externos e internos. Influência pela “teoria do imperialismo”, a segunda corrente

via a crise basicamente como sendo decorrente da vinculação do dinamismo industrial do país às empresas multinacionais e à ampla penetração do capital estrangeiro, cujo principal objetivo era transferir os lucros e excedentes aos seus centros de acumulação, localizados fora da região. O imperialismo, diziam Frank, Theotônio e Maurini, suga os excedentes dos países submetidos ao seu raio de ação, privando-os assim dos recursos necessários para se deflagrar um processo próprio de acumulação.

A história revela que o primeiro grupo, o do *establishment* dos organismos multilaterais, e o segundo grupo, o da Cepal, sempre foram mais operativos, procurando passar do discurso para a ação, por meio de experiências concretas de programação econômica e planificação, levadas a cabo em diferentes países latino-americanos, enquanto as correntes da Teoria da Dependência e da Teoria do Imperialismo ficaram circunscritos às fronteiras acadêmicas e às polêmicas ideológicas, discutindo as distintas formas de articulação entre Estados nacionais e as relações de classe nos planos nacional e internacional. Não sei o quão relevante é esta informação, mas lembro-me de quando bati à porta de Prebisch em seu gabinete no Banco Mundial, em Washington, por volta de 1981, com o objetivo de convidá-lo a participar de um seminário que organizava para o jornal *O Estado de S. Paulo*, com patrocínio do *Banco Itaú*, dele ouvi, ao término do encontro, mais ou menos o seguinte:

Na Cepal, o tempo todo fomos submetidos ao fogo crítico dos teóricos de dependência, quer os moderados, quer os radicais. Mas, enquanto nossos críticos eram basicamente professores universitários e pesquisadores com preocupações basicamente acadêmicas, nós, integrantes dos médios e altos escalões da burocracia de instituições internacionais, tínhamos como atribuição profissional o dever de fazer levantamentos e diagnósticos com o objetivo de subsidiar a formulação, a implementação e a execução de projetos específicos. Tínhamos de perseguir resultados e éramos cobrados por isso. Portanto, trabalhávamos sem maiores preocupações com questões puramente acadêmicas e com a necessidade de escrever teses para poder ascender na hierarquia universitária.

Como é sabido, o grupo de Prebisch valorizava, em suas análises sobre o subdesenvolvimento, a deterioração crescente dos produtos primários e matérias-primas como riqueza básica, para que os Estados na América Latina pudessem financiar seu desenvolvimento. O grupo também enfatizava as questões do equilíbrio do balanço de pagamentos, do crescimento econômico voltado para dentro, do alcance, da eficácia das políticas de substituição de importações e da eficiência de gestão da máquina governamental e na implementação de políticas públicas. Destacava, ainda, (a) a questão da definição das fontes de financiamento que poderiam viabilizar as propostas de planificação na América Latina, (b) a necessidade de maior coerência nos investimentos públicos dos governos latino-americanos e (c) a possibilidade de se criar mecanismos de crédito e financiamento sob a forma de bancos de desenvolvimento. De certo modo, o antigo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, resulta desse tipo de discussão travada no âmbito da Cepal.

É com base nesse pano de fundo histórico que se deve avaliar a iniciativa da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV) de eleger a relação entre desenvolvimento e direito como eixo temático do curso de mestrado que está sendo formalmente lançado neste evento. Como todos sabemos, a discussão sobre o papel do direito como instrumento de desenvolvimento foi fortemente marcada pelas tensões da Guerra Fria, entre as décadas de 1950 e 1960, a ponto de ter sido convertida em uma das prioridades políticas do Departamento de Estado e da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) para a América Latina. Em outras palavras, no momento em que se tornou objeto de programas assistencialistas, o tema passou a ser tratado com forte viés ideológico. É justamente por isso que um dos mais destacados integrantes do movimento *Law and Development*, o professor David Trubek, meu antigo e querido orientador de estudos de pós-doutorado na Wisconsin Law School, hoje enfatiza o que chama de “risco de desvio moral” inerente aos projetos de “assistência ao desenvolvimento” patrocinados pelo governo americano, por agências internacionais e por fundações privadas que trabalharam há 40 ou 50 anos atrás com governos, universidades e instituições judiciais em países periféricos e semi-periféricos, entre os quais o

Brasil. Além de Trubek, a questão foi tratada, com maior ou menor rigor, por James Gardner, John Merryman, Joe Thome, Stewart Macaulay, Lawrence Friedmann, Henry Steiner, Bob Packenham e Mark Galanter, autores hoje bastante conhecidos por vocês, dado o número de vezes em que David Trubek esteve aqui presente para palestras e seminários.

A primeira geração de trabalhos sobre direito e desenvolvimento se deu sob forte influência de uma sociologia política funcionalista, cujos expoentes na época eram David Apter, Gabriel Almond e David Easton, e de economistas que acreditavam que a América Latina deveria adotar como modelo de crescimento os mesmos padrões de desenvolvimento dos Estados Unidos e demais países desenvolvidos. Lembro-me de que, quando escrevi meu texto mais crítico sobre o tema, *Eficácia Jurídica e Violência Simbólica*, em minha estadia em Madison, Trubek semanalmente despejava em minha mesa um sem número de indicações bibliográficas sobre programas assistencialistas na Ásia, África e América Latina, a maioria apontando as dificuldades teóricas e analíticas para explicar a utilidade social e a natureza dos projetos de *Law and Development*. Até hoje discutimos as dificuldades epistemológicas e as indefinições metodológicas inerentes ao tema e os desafios para institucionalizá-lo em uma das áreas da divisão do trabalho acadêmico. Até hoje não se sabe se *Law and Development* se situa no âmbito da ciência política, da sociologia jurídica e/ou mesmo da economia, o que explica sua marginalização nos círculos universitários. Relendo o que foi produzido sob essa rubrica, podemos constatar falta de corpo teórico mais consistente e de um mapa cognitivo mais nítido – ou seja, ausência de foco, especificidade, precisão conceitual e de método.

Essa é, em uma primeira avaliação, a grande crítica que se pode fazer ao movimento *Law and Development*. Há mais, contudo. Em uma segunda avaliação, é possível constatar outro problema não menos importante, a saber: a tensão entre o que se convencionou chamar de “legalismo liberal”, que valoriza as liberdades individuais, o equilíbrio entre os poderes e a certeza jurídica, e a utilização instrumental pura e simples do direito, justificada pelo Executivo em nome do crescimento econômico, da promoção da igualdade social, de maior “participação comunitária” e de outros

conceitos tópicos, ou seja, persuasivos no plano discursivo, porém imprecisos, ambíguos e vazios de sentido. Começamos a perceber uma forte tensão, que se assemelha um pouco àquela entre reforma e revolução, entre capitalismo e socialismo. Uma forte tensão entre o direito compreendido como um corpo de normas estruturado com base em critérios lógico-formais e o direito visto apenas como instrumento de poder, como simples ferramenta de implementação de políticas públicas, e com comandos resguardados pela força.

No caso específico do Brasil, o movimento *Law and Development* resultou na emblemática experiência do Centro para Estudos e Pesquisa sobre o Ensino do Direito (Ceped), criado em 1966 pela AID com apoio da Ford Foundation, e que tinha por objetivo ensinar aos juristas brasileiros o uso de técnicas americanas de aprendizado, como a discussão socrática de casos, textos e materiais legislativos. A idéia, que nos anos seguintes também seria posta em prática em outros países latino-americanos, era substituir o raciocínio lógico-dedutivo por abordagens pedagógicas mais problematizantes. Na prática, além de tentar fechar as portas para propostas acadêmicas hostis aos Estados Unidos, no jogo da Guerra Fria, o que se almejava era disseminar as instituições jurídicas anglo-saxônicas, abrir caminho para maior presença das *corporations* americanas na região e formar as novas elites de operadores de direito, que podiam tanto atuar na advocacia de negócios quanto compor os quadros da burocracia estatal, na chamada “cultura de livre mercado”. Não foi acaso que as primeiras turmas do Ceped acabaram sendo incorporadas às equipes de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, no primeiro governo da ditadura militar, tendo atuado na reforma da legislação societária, no lançamento das bases para a constituição do mercado de capitais, na substituição da antiga Superintendência de Moeda e Crédito do Banco do Brasil (SUMOC), pelo Banco Central, na elaboração do Código Tributário Nacional, na preparação do que mais tarde seria a Comissão de Valores Mobiliários e na tentativa de reforma da máquina governamental, por meio do Decreto-lei 200.

Este não é o momento de avaliar a experiência da Ceped, o que poderá ser feito com maior cuidado no curso de pós-graduação que ora se instala. Mas não se pode deixar de lado o impacto que

causou na época, levando jovens e brilhantes operadores do direito a atuarem como tecnocratas de um regime autoritário, nem as críticas então formuladas ao projeto pelos três consultores contratados pela Ford, pela Fulbright Commission e pela Rockefeller Foundation – o próprio Trubek; Henry Steiner, professor de direito na Harvard Law School; e o cientista político da Stanford University, Bob Packenham, que, pelas páginas do jornal *Folha de São Paulo*, travariam um acirrado debate com Fernando Henrique Cardoso, então recém guindado à catedra na USP, a respeito das virtudes e limitações da Teoria da Dependência. A polêmica foi esquecida e, se for o caso, o mestrado da Edesp poderá resgatá-lo para reavaliá-lo. Mas qual é a importância dessa iniciativa? Se a discussão sobre direito e desenvolvimento travada na década de 1960 se deu em bases teóricas e analíticas imprecisas, como disse, e se experiências como as dos programas assistencialistas do governo americano e a do Ceped ficaram datadas, historicamente, qual o sentido em retomá-las? Minha opinião é que ajudam compreender a experiência brasileira em matéria de planejamento, condição necessária, apesar de não suficiente, para que possamos identificar a oportunidade, o alcance e a importância do projeto de pós-graduação *stricto sensu* formulado pela equipe do professor Oscar Vilhena Vieira para a Edesp.

Toda essa discussão em matéria de direito e desenvolvimento tem, a meu ver, um denominador comum histórico. Refiro-me à Revolução de 1930, um movimento nacionalista, do ponto cultural; industrializante, no campo econômico; e autoritária no âmbito político. Quando olhamos para a Revolução de 1930 pelo ângulo econômico, logo de saída constatamos dois pontos dignos de nota. O primeiro é representado pelas missões americanas que vieram ao Brasil, principalmente a de 1942, a "Missão Cook", que recomendou ao regime Vargas a opção por um modelo de industrialização que aproveitasse melhor e mais racionalmente as vantagens comparativas brasileiras, como recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata. O segundo ponto diz respeito aos debates doutrinários e ideológicos suscitados a partir de então sobre a presença do Estado na economia. Tenho em mente dois grandes debates. Por um lado, a conhecida polêmica travada no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1944 e 1945, entre Eugênio Gudín e

Roberto Simonsen - ou seja, um liberal que defendia a economia de mercado e um empresário que reivindicava maior presença do Estado, por meio de incentivos fiscais, medidas protecionistas e intervenção direta no setor de infra-estrutura. O segundo debate, que talvez seja menos conhecido, foi travado no mesmo período entre Waldemar Martins Ferreira, professor de direito mercantil, banqueiro e político altamente conservador, e Francisco José de Oliveira Vianna, um dos assessores e ideólogos de Getúlio, a respeito do papel e do alcance do direito do trabalho em um contexto de industrialização acelerada propiciada por estratégias de substituição de importações.

As polêmicas entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen e Waldemar Ferreira e Oliveira Viana, juntamente com os relatórios das comissões mistas Brasil-Estados Unidos, acabaram abrindo caminho para uma série de iniciativas governamentais que mudaram o panorama institucional, econômico e social brasileiro. Basta lembrar o aparecimento do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, do surgimento da carteira de crédito agrícola industrial do Banco do Brasil, em 1937, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944, e da Comissão de Planejamento Econômico vinculada à Comissão de Segurança, então presidida por Getúlio Vargas, em 1945. Quando relemos as polêmicas entre Gudín e Simonsen e Ferreira e Vianna, compreendemos melhor o processo pelo qual o Estado passa a atuar como controlador, planejador, indutor e agente produtor, que, ao promover os investimentos em infra-estrutura básica, levaria o País a crescer a partir do setor auto-motriz. É entre 1939 a 1941 que surgirão, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Alcalis, além da criação de vários institutos setoriais (mate, pinho, café, algodão, etc.) e da nacionalização da antiga Companhia Lages, convertida em Companhia de Navegação Costeira e da estatização do Porto do Pará e do Sistema de Navegação da Amazônia.

Quando examinamos as diferentes interpretações críticas sobre o processo de industrialização advindo do Estado Novo varguista, percebemos que, apesar das naturais divergências teóricas e conceituais, há um certo denominador comum em autores como Celso Furtado, Aníbal Vilela, Werner Baer e Carlos Manuel Pelaéz. Com

maior ou menor ênfase, eles enfatizam a ausência, no governo Vargas, de uma clara percepção da questão do desenvolvimento. A intervenção do Estado na economia, diziam eles, decorreu muito mais dentro de um certo pragmatismo, de um senso de oportunismo ou intuição política, do que de uma vontade política racionalmente instrumentalizada por meio de um mecanismo de planejamento, de um processo de planificação que pensasse o desenvolvimento de maneira articulada, por meio de políticas setoriais, de metas de execução, etc. Apesar disso, todos reconhecem a importância desse momento histórico para compreender o que viria nas décadas seguintes, especialmente na década de 1950, quando apareceram as primeiras tentativas realmente organizadas para se tentar superar o desafio dos desníveis de riqueza e desenvolvimento entre as regiões brasileiras. A década de 1950 também foi marcada por um intenso debate no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), travado, de um lado, por uma corrente liderada por Hélio Jaguaribe e por Alberto Guerreiro Ramos, e de outro, por uma corrente mais à esquerda integrada por Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Ignácio Rangel. De alguma forma, a discussão era caudatária das propostas do grupo de economistas e cientistas sociais liderado por Raúl Prebisch, para o crescimento da América Latina; propostas essas fundadas em avaliações de alguns ensaios de programação em obras públicas após a Segunda Guerra, que logo tiveram de enfrentar a questão dos financiamentos, e em dados e estudos qualitativos de organismos multilaterais sobre o continente. As análises sugeriam ordenar o processo de substituições de importações, base da industrialização da região, a partir do setor externo. Enfatizavam a limitação da capacidade importadora dos países latino-americanos e o impacto que teriam, a médio prazo, as importações necessárias para renovar as instalações de infra-estrutura. Indicavam a deterioração, a longo prazo, dos termos de intercâmbio em que deveriam atuar os exportadores de produtos primários e mostravam como os investimentos necessários ao desenvolvimento exigiriam um grande volume de importações, o que desequilibraria as balanças de pagamentos.

O debate travado no âmbito do ISEB teve, de modo direto ou indireto, importante peso nos planos econômicos surgidos entre os anos 1950 e 1970. O primeiro foi o Plano de Metas, do governo

Juscelino Kubitschek. Assinado por Celso Furtado, o segundo foi o Plano Trienal, elaborado no governo João Goulart. E o terceiro, lançado em 1975 pelo então presidente Ernesto Geisel, foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que sucedeu o Plano de Ação Estratégica do Governo (Paeg), de autoria de Roberto Campos, e que foi o primeiro plano econômico concebido no âmbito da ditadura militar, tentando conjugar preceitos liberais com formas de intervenção do Estado na vida econômica e social para acelerar o crescimento.

Constituído sob forte influência das idéias da Cepal acerca da programação econômica para a América Latina, o Plano de Metas parte de um diagnóstico inicial da região, de projeções macroeconômicas baseadas em hipóteses sobre a evolução da relação produto/capital e de prospecções capazes de definir as condições de equilíbrio interno e externo, dadas certas metas de desenvolvimento. Concebido para os anos de 1963 a 1965, o principal objetivo do Plano Trienal era assegurar o crescimento anual do PIB da ordem de 7%. A maior dificuldade consistia na obtenção de recursos internos e externos. Os investimentos necessários para manter esse nível de crescimento foram calculados em 18% do PIB. Até então, esse volume de investimentos públicos fora mantido basicamente por meio de artifícios inflacionários, mas o Plano estabelecia o propósito de manter uma elevada taxa de investimentos em condições de progressiva redução da pressão inflacionária. Sobre as reformas estruturais, o Plano afirmava que “o desenvolvimento exige modificações de tipo estrutural que podem ser preparadas pelo planejamento, mas que estão acima de seu alcance, pois exigem modificações de tipo institucional”. Essas reformas eram de duas ordens: as que diziam respeito à racionalização das ações do governo e as que se referiam à eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção.

Já o Paeg, cujos objetivos gerais eram acelerar o ritmo de crescimento, conter a inflação, atenuar as desigualdades setoriais e regionais e assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos, procurou indicar o sentido e os limites da planificação governamental. Vale a pena transcrever uma passagem do Paeg, que extraí de uma importante análise feita pelo professor Rolf Kuntz (FFLCH/USP):

A ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento de condições que assegurem a maior eficiência possível ao funcionamento da economia de livre empresa, ou seja, do sistema de preços. Em tal contexto, o planejamento econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual se operará aquilo que se convencionou chamar de ‘forças de mercado’, de maneira compatível com a distribuição de renda desejada e a maximização da taxa de desenvolvimento econômico.

Evidentemente, o Plano de Metas, o Plano Trienal e o Paeg são planos distintos e de desigual importância, mas que têm algum denominador comum, uma vez que são direta ou indiretamente influenciados não apenas pela antiga polêmica entre Gudin e Simonsen, mas, principalmente, pelo debate no âmbito do Iseb entre a corrente de Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos e a de Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Ignácio Rangel. Trata-se de um debate que pode ser recuperado analiticamente pela pós-graduação em direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Ao buscar dados para esta aula, examinando alguns livros na tentativa de resgate da memória do debate sobre desenvolvimento travado entre os anos 1950 e 1970, lembrei-me de dois fatos absolutamente relevantes. Eu mesmo havia me esquecido deles e tive de buscar antigas anotações para um curso de pós-graduação que ministrei na USP, há muitos anos. O primeiro fato é um encontro internacional. O segundo não é propriamente um fato, mas um personagem que teve uma ascensão teórica na vida pública brasileira.

Em 1961, o Brasil foi signatário da Carta de Punta Del Leste, em que o país, juntamente com as demais nações da América Latina, comprometeu-se a adotar a planificação como instrumento básico das políticas de desenvolvimento, prometendo, ainda, concluir a Reforma Agrária e a Reforma Fiscal dentro de um ano e meio. Nesse mesmo período, encontramos uma figura emblemática, um dos principais artífices para a renovação do pensamento e do ensino jurídico no país, que exerceu profunda influência no quadro cultural e político brasileiro. Refiro-me a Francisco Clementino Santiago Dantas, um *corporate lawyer* muito bem sucedido e com uma

trajetória profissional e política bastante peculiar. Sua origem política é altamente reacionária, pois vem do integralismo, a ideologia que o marcou em sua juventude. Contudo, passou para a história como um grande parlamentar e dirigente social-democrata, a ponto de ter sido convertido em símbolo do que se chamou na década de 1960 de “esquerda positiva” – moderada e reformista. Ambicioso e nada modesto, aos 30 anos dizia que chegaria à Presidência da República. De fato, não hesitou em usar a fortuna que acumulou como advogado de bancos e empresas para se lançar à vida política, tendo chegado ao Legislativo, como deputado federal, e ao Executivo, como ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda. Como legado, deixou alguns importantes discursos, sob a forma de aulas inaugurais no universo acadêmico e conferências pronunciadas em eventos institucionais e entidades empresariais. O discurso mais importante, e que talvez seja hoje o menos conhecido, é aquele em que coloca o dedo na questão da relação entre direito e desenvolvimento. É um discurso extenso, a um só tempo conceitual e programático, pronunciado no Hotel Glória em 25 de outubro de 1963, quando recebeu o título de “Homem de Visão” daquele ano, tendo sido saudado por Octávio de Gouvêa Bulhões.

Na oportunidade, Santiago Dantas começou afirmando que não se pode ter uma visão do direito que o desconecte inteiramente da percepção da realidade sócio-econômica e dos desafios de uma justiça distributiva, como ocorre nos casos do normativismo e do formalismo jurídico, do mesmo modo como a questão do desenvolvimento não pode ser vista exclusivamente por suas implicações econômicas, medido pela variação do PIB em matéria de investimentos. De certo modo, antecipando-se ao que seria recorrente a partir da década de 2000, quando ao tema do crescimento econômico foram incorporados novos componentes, como as idéias de sustentabilidade ambiental, respeito à biodiversidade e a premissa de que países com distribuição mais equitativa de renda seguem padrões de crescimento de melhor qualidade em relação àqueles que se expandem às custas do aumento da desigualdade, Santiago Dantas sugeriu pensar o desenvolvimento também por um viés político, capaz de refletir a condição da dignidade humana em um país com forte concentração de renda e, acima de tudo, com base

em um projeto nacional. Permitam-me retomar, literalmente, uma importante passagem daquele discurso:

Se nem a fidelidade aos princípios jurídicos, nem o crescimento econômico, nem o crescimento da riqueza bastam para preservar a democracia e adaptá-la ao mundo contemporâneo, é indispensável reconhecermos a necessidade de aditar a esses dois fatores um terceiro fator: a reforma social. E é sobre as características, sobre o alcance e sobre os meios de processamento dessa reforma que o pensamento democrático no Brasil e fora dele, não raro, se torna evasivo. Dir-se-ia que para alguns a reforma social deve ficar propositadamente informulada, servindo mais de incentivo às reivindicações isoladas que somam forças no sentido da violência, enquanto para outros é uma forma de contemporização consciente destinada a servir de anteparo a um esforço de preservação das estruturas sociais. Essas formas de deslealdade com a história não conseguem ser de duração prolongada. Se o pensamento democrático não for capaz de formular em termos válidos e inteligíveis seu esquema de reforma social, esta abrirá o seu caminho antidemocraticamente, porque, no quadro da sociedade atual, as forças que aspiram a uma participação mais ampla dos benefícios da vida comum são superiores em intensidade às que procuram deixar em segundo plano essa ampliação para se limitarem à defesa das chamadas garantias democráticas.

Toda a questão que menciono com relação a Santiago Dantas resvala na questão do desenvolvimento e, a partir da década de 1970, em uma das principais heranças do Plano de Metas, do governo Juscelino, e do Plano Trienal, do governo João Goulart, de autoria do Celso Furtado. Resvala, também, em uma das heranças do Paeg, o plano de desenvolvimento do governo Castelo Branco, formulado por Roberto Campos e Otávio de Gouveia Bulhões.

Os planos econômicos que mencionei, juntamente com o tratamento crítico que Santiago Dantas dá à relação entre direito, política e planejamento, ganharão uma nova dimensão com o advento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que recentemente voltou ao

noticiário por estar sendo recorrentemente mencionado pelo presidente Lula em seus discursos. Divulgado no segundo semestre de 1974, o II PND, de certo modo, recupera algumas questões sobre planejamento que já haviam sido discutidas por ocasião do Plano de Metas, do Plano Trienal e do Paeg, questões relativas aos limites da intervenção estatal, ao papel e ao alcance dos planos econômicos, à definição das fontes de financiamento para sua implementação e execução e ao impacto da conjuntura mundial nas decisões econômicas internas.

Como é sabido, o II PND propôs o deslocamento do setor automotriz para o setor petroquímico, como eixo do desenvolvimento brasileiro. Propôs a transferência dos incentivos fiscais dos setores de produção de bens de consumo durável para os setores de bens de capital e equipamentos pesados. Propôs investimentos maciços em infra-estrutura e a concessão de estímulos financeiros e de crédito favorecido a projetos industriais no Nordeste, com o objetivo de reduzir a excessiva concentração industrial no Sudeste. Defendeu a aceleração das exportações e a expansão de certos segmentos do mercado interno, principalmente em áreas urbanas. O plano começa com um diagnóstico que identifica os principais fatores determinantes do crescimento iniciado em 1969 e defende o que chama de “readaptação da estrutura da oferta e demanda”, mas subestimou a recessão das grandes economias e o impacto do choque do petróleo de 1973, que atingiu mortalmente o eixo de desenvolvimento proposto, o petroquímico. Além disso, não se atingiu a auto-suficiência em insumos básicos. Grandes obras, como a usina nuclear de Angra, converteram-se em enormes decepções. O governo também optou pela mobilização de vultosas somas de recursos e amplos contingentes de mão-de-obra em projetos de grande porte que, ao serem concluídos, deixavam atrás de si o rastilho da tensão social. Isso porque, sem dinheiro para novas obras, as equipes de trabalho ficavam condenadas à ociosidade e ao desemprego.

No entanto, independentemente de seu fracasso, o II PND corresponde possivelmente ao momento mais significativo e catalisador da questão do planejamento, ou seja, de sua utilização como estratégia de conformação de uma economia. A partir daí, o país viverá uma série de turbulências e enfrentará uma vasta gama de problemas que culminarão na democratização do Brasil em 1988. Mais à

frente, principalmente em 1992 e 1993, esses acontecimentos abrirão caminho para uma série de outros fatores que relegam para segundo plano o debate sobre o desenvolvimento, a utilização do Direito como instrumento de desenvolvimento e, acima de tudo, sobre o planejamento.

Refiro-me à abertura econômica, à liberalização das contas de capital, à desregulamentação das medidas legais que travavam ou dificultavam a livre circulação de fluxos financeiros, à privatização de empresas públicas e à experiência do Plano Real. Nesse sentido, antes de levantar algumas questões, diria que neste momento nós temos de começar a perceber o projeto de mestrado, o projeto de pós-graduação *stricto sensu* da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DIREITO GV).

Ele tem, de saída, quando traz a questão do desenvolvimento de volta, uma preocupação com a História e já mostra uma preocupação com as instituições políticas brasileiras e o resgate da nossa memória e de um certo debate com viés interdisciplinar, mas é evidente que essa é uma etapa necessária, porém não suficiente. Examinando o projeto de mestrado em direito e desenvolvimento da Fundação Getulio Vargas de São Paulo é possível constatar que há uma série de preocupações bastante interessantes. Uma dessas preocupações é examinar o direito como um conjunto de normas e instituições. Uma segunda preocupação é lembrar basicamente a questão do desenvolvimento nas suas diferentes facetas, não apenas econômicas, mas também políticas e sociais. Uma terceira questão é discutir a noção de modernização. Quem vai buscar a literatura da décadas de 1950 e 1960 percebe que essa idéia de modernização é fortemente atrelada às idéias *weberianas* de racionalização e ocidentalização, ou seja, de que os obstáculos ao progresso não decorreriam de fatalidade nem seriam irremovíveis, cabendo a cada sociedade posicionar-se corretamente diante da história para melhor absorver o progresso técnico dos países já desenvolvidos – a saber, Europa Ocidental e Estados Unidos. Há uma forte carga ideológica do conceito de modernização, a ponto de muitos teóricos abrirem mão de utilizá-la ou de o fazerem em uma perspectiva eminentemente crítica.

Há também a questão da gramática dos direitos e ,ainda, a questão do papel do direito como instituição e do papel do direito como

instrumento de implementação de políticas públicas. Examinando o programa do curso de mestrado em direito e desenvolvimento da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o que mais me impressionou é o número de vezes em que a palavra "instituição" está presente no projeto. Ela parece ter sido utilizada de uma maneira mais recorrente do que a própria palavra desenvolvimento. O que explica isso? Quando falamos em instituição, em institucionalizar experiências, planos ou determinadas políticas, temos de pensar que, na perspectiva dos juristas, a idéia da institucionalização dá-se em três etapas: habitualização, objetivação e sedimentação. Quando falamos em hábitos, falamos em rotinas e costumes, em comportamentos padronizados e expectativas comuns de justiça. A padronização de determinados comportamentos, necessária à consecução de um mínimo de ordem social, abre caminho para o estabelecimento de rotinas. É nesse momento que surge a questão da objetivação, ou seja, da generalização de determinados valores e sua conversão em uma pauta comum, em um consenso ético, em torno de comportamentos que podem ser considerados normais. A última etapa, relativa à sedimentação das estruturas sociais, consiste na solidificação por meio de rotinas, hábitos, expectativas comuns de justiça.

A questão da instituição é complicada. Nesse sentido, se, por um lado, falei com relação ao passado, e digo que o mérito do projeto de mestrado da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV) é exatamente olhar o passado e saber resgatá-lo; de outro, só tem sentido resgatar esse passado se também souber examinar o presente e resgatar alguns desafios futuros. É nesse momento que se coloca a questão da instituição. Se a instituição é hábito, objetivação, sedimentação, como isso é possível em uma sociedade altamente dinâmica, como a brasileira? Se pressupõe rotina, tradição, consolidação e comportamentos e expectativas comuns de justiça, a idéia de instituição pressupõe estruturas minimamente coesas; um padrão de distribuição de renda minimamente eqüitativo e a democratização no acesso aos bens públicos, no acesso aos bens coletivos.

A pergunta que se pode fazer é saber se efetivamente temos isso no Brasil. Qualquer que seja a resposta, abre caminho para uma discussão interdisciplinar entre o direito e determinados tipos de

problemas que moldarão as transformações das instituições jurídicas no século XXI. Refiro-me a uma série de fatores que apenas enumerarei: o primeiro desses fatores diz respeito à uniformização dos padrões de consumo. O segundo fator decorre do acirramento das disputas comerciais. O terceiro está atrelado à concentração do poder econômico. O quarto fator é a monetarização ou mercantilização das esferas da vida. No que se refere à uniformização dos padrões de consumo, o que se tem é a questão dos mercados globalizados e das necessidades que as grandes corporações têm de ganhar escala. No que se refere ao acirramento das disputas comerciais, o que percebemos são padrões cíclicos de construção de novos paradigmas tecnológicos e de destruição de outros, tendo como consequência o chamado fenômeno da "recolocação industrial". A terceira questão, relativa à concentração do poder econômico, envolve a crescente erosão da distinção entre Estado e não-Estado, o poder estatal e o poder não-estatal, o poder econômico e o poder político. Por fim, a questão da monetarização ou mercantilização das esferas da vida decorre de uma ênfase extrema à competitividade e à produtividade, levando à superação de preocupações morais pela obsessão com eficiência e acumulação.

Esse conjunto de problemas advindo com a uniformização dos padrões de consumo, o acirramento das disputas comerciais, a concentração do poder econômico e a monetarização das esferas da vida, como é sabido, abre caminho para a descentralização das fontes formais de direito; multiplica o número de atores encarregados de aplicar mais normas a um conjunto crescentemente diversificado ou diferenciado de situações; e, com isso, o jogo jurídico se torna cada vez mais variável e contingente, cada vez mais flexível e tecnicamente sofisticado; cada vez menos autônomo e circunscrito aos limites estritos do formalismo e do normativismo e cada vez mais aberto a métodos e dados provenientes de outras disciplinas. Trocando em miúdos, isso tudo traz uma série de problemas. Primeiro: começamos a perceber que uma das dificuldades a ser enfrentada é saber identificar quais são as fontes materiais do direito e verificar como, nos últimos anos, elas se sobrepõem cada vez mais às fontes formais. Segundo: começaremos também a perceber, pela evolução do mundo contemporâneo, que a ordem jurídica não provém mais da verticalidade de uma autoridade, mas do efeito

irradiador de processos decisórios cada vez mais alargados, mais *heterárquicos* e menos hierárquicos, mais simbólicos e menos baseados na coerção física. Terceiro: vamos começar a perceber que as regras jurídicas de um modo particular não são mais estáveis. Elas vão mudando no curso dos acontecimentos e se alterando em função dos cenários e dos novos atores intervenientes estratégicos no jogo econômico. Surgem novas formas contratuais e novas categorias jurídicas em função da dinâmica empresarial, que valoriza a relação custo/eficácia, em função da dinâmica social, na qual se destaca o crescente protagonismo de movimentos sociais e organizações não-governamentais, e da dinâmica política, onde parte da agenda nacional é deslocada para organismos multilaterais. Em quarto lugar, também começaremos a perceber uma progressiva formação de redes que vão agregando instituições e agentes em uma miríade de ações coletivas, evitando, com isso, um excesso de fragmentação em uma globalização extremamente assimétrica, em que nos encontramos hoje.

Por fim, o que podemos constatar a partir do progressivo desaparecimento dos limites e fronteiras provocado pela globalização dos mercados é que aquela distinção entre o jogo nacional *versus* internacional já não é mais regulado pela premissa de que os Estados são soberanos ou de que os Estados podem fazer o que quiserem nos limites de seu território. O que quero dizer com isso? Que isso nos traz uma série de problemas, uma série de questões, uma série de desafios, do ponto de vista de uma teoria do direito e de um diálogo interdisciplinar do direito com a economia, do direito com a administração e do direito com a filosofia e a sociologia.

Diante desses problemas aqui apresentados de modo rápido e impreciso, só um curso de direito que saiba captar a questão de como fazer do direito um vetor de redução de desigualdades e indutor do crescimento e de uma distribuição de renda em bases eqüitativas pode contribuir para uma renovação do pensamento jurídico. Esse parece ser o mérito do projeto de mestrado da Edesp. Lendo-o com atenção, é possível verificar o quanto ele é sensível para perceber uma gradativa substituição, da década de 1980 para cá, de um Estado *keynesiano* para um Estado *schumpeteriano*. O primeiro tipo de Estado valoriza o planejamento, a regulação econômica, a proteção à empresa nacional, as políticas de pleno

emprego e bem-estar e o financiamento previdenciário autogeracional. O segundo tipo de Estado, que começou a surgir entre nós a partir do Plano Real, pretende ser mais competitivo e mais aberto, valorizando o equilíbrio orçamentário, a responsabilidade fiscal, a competitividade, a inovação e o auto-financiamento previdenciário. É um Estado que substitui a tríade "poder público - indústria nacional - integração social", comum ao *Welfare State*, por um processo de desjuridificação, desregulamentação, desestatização e integração econômica das economias nacionais com as economias globalizadas. A idéia não é mais de governos que se destaquem por sua capacidade de comando, mas por sua capacidade de articulação. A idéia não é mais a de governos que atuem por meio de controles diretos, mas por meio de controles indiretos e capacidade de estímulo dos diferentes agentes produtivos.

Nesse sentido, estamos vivendo também um período de transição no âmbito das ciências sociais, com o deslocamento de um paradigma de inspiração social-democrata, em cujo âmbito se destacam questões como desenvolvimento, distribuição de renda, Constituição-dirigente e justiça distributiva, rumo a um paradigma de inspiração tecnocrata, que enfatiza questões como interconexão financeira, estabilização monetária, desjuridificação, privatização, revogação de monopólios públicos, terceiro setor, pluralismo decisório e valorização do potencial auto-regulatório da sociedade. Para onde estamos indo? Se os mercados globalizados enfatizam a tríade "desregulação-liberalização e privatização", por que a Fundação Getulio Vargas decidiu retomar a questão do desenvolvimento, que implica o reexame e uma redefinição do papel do Estado? Qual é o desafio que a Edesp se propõe ao lançar um mestrado na área de direito e desenvolvimento?

Levanto quatro questões que, a meu ver, ajudam a responder essa indagação. Primeiro, e falando em uma perspectiva *schumpeteriana*, estamos vivendo em um processo de uma destruição criadora cada vez mais veloz. Para Schumpeter, como é sabido, cada vez em que a difusão ou socialização de novas tecnologias submete as empresas a forte concorrência, obrigando-as a cortar custos e a reduzir a margem de rentabilidade, algumas delas, face ao desafio de manter suas posições relativas no mercado, acabam inovando. Quanto mais feroz é a competição, maior é o estímulo

para que um novo ciclo de inovações seja introduzido por essas empresas, realimentando com isso o dinamismo tecnológico da estrutura produtiva. Se, no passado, esses ciclos eram longos, após os choques do petróleo no final do século XX e o advento da expansão eletroeletrônica, da tecnologia de telecomunicações e dos transportes eles se tornaram progressivamente mais curtos. Trocando em miúdos, o que hoje pode ser considerado inovador corre o risco de ser convertido em sucata amanhã – portanto, antes mesmo de ter propiciado os lucros necessários para a amortização dos investimentos na inovação. Diante da possibilidade de ter investimentos vultosos em novos bens e serviços abortados pelas descobertas ou inovações de empresas concorrentes, as empresas – e principalmente quem as financia, o sistema financeiro – a buscar mecanismos e desenvolver estratégias para diminuir sua exposição a esse tipo de risco. Esse é um dos fatores que, expnenciado pelo avanço nas telecomunicações, leva os mercados financeiros a, cada vez mais, tomar decisões em tempo real, *on line*. Nesse contexto, a expressão “tempo é dinheiro” ganha sua dimensão máxima. O problema é que o tempo do direito é muito lento em relação ao da economia. Há uma colisão entre o tempo dos mercados financeiros e o tempo do processo civil e do processo penal no universo judicial. Os juristas, que durante muito tempo se orgulharam da máxima de que “a justiça tarda mas não falha”, invocam o garantismo e as liberdades fundamentais para justificar sua concepção de tempo. Já as empresas, bancos e mercados, frente ao risco de morrerem com investimentos vultosos diante da possibilidade de sucateamento tecnológico, trabalham com base na premissa do maior lucro possível no menor prazo, o que acelera o ciclo de rotação dos capitais, intensifica o processo produtivo e leva a um complexo e intricado processo de derivações da riqueza real para uma riqueza abstrata, por meio de *hedges* e outras engenhosas formas de tentativas de blindagem a situações de risco. É nesse momento que podemos perceber como a questão do tempo econômico *versus* tempo jurídico abre caminho para um curso como o que está sendo proposto pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo. Ou seja, um curso, por um lado, capaz de discutir a reforma do Poder Judiciário, examinar crítica e analiticamente as pressões do Banco Mundial para melhorar tanto

a qualidade do governo em todos os níveis e instâncias quanto a observância da *rule of law*, com foco permanente na uniformidade das decisões e no fortalecimento da segurança jurídica – pressões essas que resultarão na Emenda Constitucional nº 45, e, por outro lado, um curso apto a discutir, de modo não menos crítico e analítico, a explosão de sistemas ou mecanismos de mediação e arbitragem, de mecanismos extrajurisdicionais e paraestatais de resolução de pendências – o que, no limite, conduz a uma progressiva ruptura da exclusividade ou monopólio do próprio Judiciário em matéria de canalização e decisão de conflitos. Começo a perceber um enriquecimento na normatividade, uma certa proliferação de novas arenas de resolução dos conflitos, o que, muitas vezes, faz parte de um projeto induzido de cima para baixo pelo próprio Estado. Quando olhamos certas estratégias, notadamente as adotadas pelo Ministério da Justiça, seja no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, seja no primeiro mandato do governo do presidente Lula, perceberemos uma inequívoca ênfase nessas soluções extrajurisdicionais de resolução dos conflitos como uma tentativa de se dar alguma instituição jurídica para os conflitos empresariais, compensando esse hiato crescente entre o tempo econômico e o tempo jurídico.

A segunda questão é ainda mais complicada. Ela diz respeito à nossa formação jurídica, forjada em torno dos princípios da legalidade e da soberania. Nossa visão de espaço, por exemplo, é a de espaços fragmentados, espaços territoriais. Portanto, é uma visão que colide com a realidade de uma economia globalizada, de mercados transterritorializados. Mais uma vez, temos um embate entre o direito e a economia. A terceira questão é a do direito positivo. Em princípio, dado o peso do normativismo e do formalismo no ensino jurídico, nós o aprendemos por meio da leitura de códigos, leis ordinárias, leis extraordinárias, medidas provisórias e constituições. Nós o aprendemos, sobretudo, com base na idéia de que as normas jurídicas trabalham com um propósito padronizador de comportamentos sociais, o que permite ao operador de direito ver a sociedade por um viés binário, na base do lícito *versus* ilícito, legal *versus* ilegal, constitucional *versus* inconstitucional. O problema é que é que cada vez mais vivemos em sociedades *complexas*, isto é, funcionalmente diferenciadas em sistemas especializados,

que, por sua vez, se diferenciam funcionalmente em subsistemas ainda mais especializados. Qual o problema que aponto? Se o direito é um instrumento padronizador, começo a perceber um certo esgotamento ou exaustão das normas padronizadoras em contextos funcionalmente diferenciados. De duas uma: se quisermos dar conta de contextos altamente diferenciados, teremos textos legais tão genéricos e abertos que certamente perderão seu papel como marcos de referência. Por outro lado, se quisermos acompanhar cada cadeia produtiva ou setor econômico, prevendo para eles leis específicas, correremos o risco de enveredar por um processo de hiperjuridicação, ou seja, de gerar uma proliferação de leis especiais e, com isso, de perder a identidade lógica, programática, doutrinária e sistêmica do ordenamento jurídico.

A última questão é relativa ao que chamo de fenômeno da "relocalização industrial", ou seja, a crescente tendência das grandes empresas de deslocar sua produção para locais onde possam obter vantagens comparativas que lhes permitam reduzir os custos de produção. Meu horizonte aqui é a Ásia, de um modo geral, e a China, de uma forma particular. À medida que as grandes corporações fecham unidades produtivas intensivas de mão-de-obra nos Estados Unidos ou na Europa para reabri-las nos países asiáticos, principalmente nos quais há uma ditadura, vão aumentando as pressões sobre as democracias para um enxugamento ou "flexibilização" de direitos, principalmente dos direitos sociais.

Mais uma vez, surge um problema para quem, como é o caso de quase todos aqui presentes, fez o curso de direito a partir de abordagens doutrinárias basicamente normativistas e formalistas. Quando se olha, hoje, as disputas comerciais cada vez mais acirradas na economia globalizada, percebe-se que a expansão dos direitos pode elevar custos de produção, aumentando o preço final de bens e serviços, o que pode acarretar perda de exportações. No limite, é como se dissesse que, para gerar postos de trabalho, temos de abrir mão do direito do trabalho. E, se quisermos ficar com o direito do trabalho, correremos o risco de perder mercados externos, o que acaba resultando em desemprego. É possível desatar esse nó? Em caso afirmativo, como?

A resposta a questões como essas passam, a meu ver, por quatro problemas, que também apresento de modo sucinto. A primeira

questão é a desnacionalização da economia e a subsequente internacionalização das decisões econômicas. Com a transterritorialização dos mercados, a conversão das grandes empresas mundiais em eixo central da vida política, era natural que agenda decisória de cada país transcendesse os limites de seu território. Por um lado, as *corporations* desenvolvem em seu interior uma diferenciação funcional por critérios de especialização, o que tende a elevar o nível tecnológico dos países dependentes, mantendo, contudo, sua subordinação às inovações produzidas nas matrizes. A consequência inevitável é uma estratégia que combina alta tecnologia e trabalho aviltado nos países emergentes e inviabiliza a afirmação política das burguesias nacionais. Por outro lado, os organismos multilaterais vão igualmente se diferenciando em campos especializados de atuação – o FMI cuida de moeda; a OMC, de comércio; o BIS, de atividade bancárias; o Banco Mundial e a OCDE, de desenvolvimento, etc. A partir daí, é possível constatar a progressiva influência desses organismos nas decisões nacionais, bem como uma tendência cada vez mais nítida a um policentrismo decisório. A segunda questão, e que se constitui em condição necessária – ainda que não suficiente – para poder voltar a rediscutir o papel do direito como vetor de redução de desigualdades e indutor de desenvolvimento, é a limitação da democracia, enquanto demarcação política de direitos e deveres por meio da lei como norma social suprema. Se a decisão econômica é internacionalizada e transterritorializada e se a democracia representativa, tal qual a conhecemos e praticamos, tem uma *jurisdictio* ou uma base territorializada, surge, então, a dificuldade operacional de se controlar democraticamente as decisões econômicas, uma vez que os mecanismos convencionais de controle e responsabilização dos Estados nacionais normalmente ficam circunscritos aos limites de um território.

Isso acaba levando à necessidade de se verificar novos padrões de ação política. Se, por um lado, leva a um processo de fenecimento ou esvaziamento da democracia representativa, por outro lado abre caminho para novas formas de ação política, para padrões transterritoriais de ação política. Quando uma das mais brilhantes professoras desta casa, Michelle Ratton Sanchez, desde sua tese de doutorado vem procurando estudar como movimentos sociais têm

sido aceitos como interlocutores da Organização Mundial do Comércio, isso mostra que a Edesp percebeu as metamorfoses que a política está vivendo, deslocando-se de arenas internas para fora do país, ou seja, dos Legislativos nacionais para organismos multilaterais. A terceira questão é a internacionalização dos campos jurídicos e, sobretudo, a forte influência dos institutos anglo-saxônicos sob os franco-românicos. Para usar uma expressão cara a Yves Dezalay, essa é a questão da “dolarização do conhecimento jurídico” - a influência do direito anglo-saxônico, principalmente por meio dos grandes escritórios americanos e ingleses, que, em decorrência das necessidades das grandes corporações, vêm criando novas formatações contratuais e, com isso, alargando as fronteiras do pensamento jurídico. Atualmente, os escritórios americanos e ingleses têm produzido mais conhecimento de ponta do que as faculdades de direito, que continuam presas ao formalismo e ao normativo.

A última questão diz respeito à ruptura daquele enlaçamento tradicional entre Estado e sociedade. Cada vez mais percebemos a olho nu a emergência de um policentrismo decisório, por um lado, e de um pluralismo jurídico, por outro. Evidentemente, são processos vinculados. Neste momento, há uma redefinição do papel do Estado e, por tabela, uma redefinição na forma como Estado legisla. São questões fundamentais, mas que até o momento não tinham no País um espaço institucional para serem discutidas de modo aprofundado. Essas questões podem ser discutidas aqui ou ali por este ou aquele professor, mas isso tem sido feito de maneira isolada, por iniciativas espontâneas de quem dificilmente encontra eco e diálogo inteligente no âmbito de um ensino jurídico em que romanistas e civilistas d’antanho continuam hegemônicos.

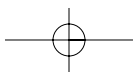
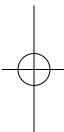
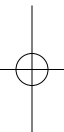
A meu ver, é esse o grande principal desafio do projeto de mestrado da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV): atuar como um *locus* institucional que permita discussões sobre as fronteiras do pensamento jurídico no século XXI. A equipe responsável pelo projeto do mestrado mostra ter plena consciência das metamorfoses que o Estado e o direito estão sofrendo, a partir da integração dos mercados em escala planetária e da conversão da estabilidade monetária e da responsabilidade fiscal em *status* de “bens públicos”, transformando-se em critério legitimador

da política e do direito. Discutir direito e planejamento a partir desse cenário é uma forma de dar aos pós-graduandos egressos dos cursos jurídicos uma alternativa até agora inexistente entre nós.

Portanto, abre-se hoje, graças ao projeto da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV), uma porta para que essas discussões possam ser travadas de modo institucionalizado. Ao optar pelo direito e desenvolvimento como campo temático para seu curso de mestrado, a FGV teve o mérito de resgatar um tema que, em princípio, ficou datado, recolocando-o em novos termos a partir da percepção do papel do direito como instrumento de implementação de políticas públicas e como reserva de valores éticos e morais a serem protegidos juridicamente. Trocando em miúdos, o fato de o tema do desenvolvimento ter sido arquivado historicamente, após a década de 1980, em decorrência das estratégias *tatcherianas* de abertura e desregulamentação econômica, não impede a retomada da questão da relação entre direito e desenvolvimento em novas perspectivas teóricas e analíticas, e que exigem reflexão prévia sobre a redução da pobreza e da desigualdade por meio de programas governamentais juridicamente conformados e implementados.

Meus amigos e colegas, o que se espera de uma aula inaugural, como afirmei no início, é que sirva de pretexto para se articular temas e questões que devem ser discutidos de modo aprofundado em disciplinas específicas. Foi o que procurei fazer, cumprimentando-os pela oportuna e corajosa decisão de constituir um *locus* institucional capaz de canalizar discussões fundamentais que até agora estavam sendo travadas por iniciativas isoladas de alguns professores espalhados pelo País. Espero que tenham boa sorte, pois o sucesso de vocês certamente obrigará as demais faculdades de direito a se modernizarem. E, quando isso ocorrer, todos ganharemos com isso.

Muito obrigado.



PANORAMA GERAL DO PROGRAMA DE DIREITO E DESENVOLVIMENTO DA DIREITO GV

OSCAR VILHENA VIEIRA

(COORDENADOR DO PROGRAMA DE MESTRADO – DIREITO GV)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença de todos a este evento que marca a fundação do programa de mestrado em direito e desenvolvimento da DIREITO GV. Este programa é, em realidade, uma consequência natural da idéia dos Professores Ary Oswaldo Mattos Filho e Antonio Ignácio Angaria Ferreira da Silva de criar uma nova escola de direito, que contribuísse para alterar o padrão pelo qual o ensino e a pesquisa em direito fossem realizados no Brasil. A idéia central sempre foi criar condições institucionais para que pudesse surgir no Brasil um centro de pesquisa autônomo e de excelência no campo do direito, assim como um pólo produtor de novas metodologias no ensino do direito; também se encontrava no horizonte de todos os que se juntaram para pensar a Escola de Direito da GV a criação de um centro de pensamento sobre o Brasil, que tivesse por diferencial realizar esta reflexão sobre o Brasil a partir da perspectiva do direito. A criação do mestrado em direito e desenvolvimento é mais uma etapa na materialização desse objetivo. Gostaria, neste momento, de tornar público o respeito e o entusiasmo de todo o corpo docente do programa pela tenacidade, dedicação e criatividade com que estes professores, com a imensa contribuição do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, Professor Carlos Ivan Simonsen Leal, lançaram-se na criação de condições institucionais, intelectuais e materiais para o surgimento de uma nova arena de reflexão e ensino do direito, ao qual este mestrado vem agora se somar.

Convidamos o Professor José Eduardo Faria para marcar este momento de inauguração de nosso programa de mestrado. O convite ao Professor José Eduardo Faria não decorreu, devo dizer, apenas da simpatia e dos laços pessoais que muitos dos professores desta casa com ele mantém, mas, sobretudo, da admiração que todos temos pelo seu trabalho. Talvez nenhum outro professor tenha influenciado tanto o corpo docente desta casa como o Professor José Eduardo Faria, seja como docente, orientador de muitos dos que

aqui ensinam e, finalmente, como autor, que sempre se preocupou em olhar para o direito de uma forma integrada com as demais ciências sociais. Sua original releitura de Weber e, depois, sua profunda análise sobre o impacto do processo de globalização sobre o direito, para citar apenas duas de suas linhas de pesquisa, deixaram sempre claras as enormes vantagens de não se buscar pensar o direito de uma maneira isolada. Esta parece ser a característica comum a todos os professores que fazem parte de nosso programa.

Então, a admiração intelectual foi o primeiro critério que motivou nosso convite. Porém não nos encontramos aqui apenas para homenagear o Professor José Eduardo Faria, mas, sobretudo, para ouvi-lo falar do tema do direito e desenvolvimento e de nosso programa. Sei que não é de bom tom explicitar a razão de um convite, quando esta razão é de natureza utilitária. Porém, esta é a pura verdade. Queríamos que nosso convidado fosse capaz de duas coisas. Em primeiro lugar, de fazer uma apresentação do tema do direito e desenvolvimento, que contextualizasse histórica e teoricamente a discussão, mas também o inserisse no contexto do estudo do direito no Brasil. Em segundo lugar, que emitisse um juízo crítico a respeito do nosso programa. Que fosse sincero o suficiente para nos dizer quais eram os problemas, as virtudes e os caminhos a tomar. Obter uma reflexão original sobre o tema e um juízo sobre o programa eram nossos interesses imediatos. Essas eram as razões para realizar uma aula inaugural. O que prevíamos é que teríamos uma aula magna, e não simplesmente inaugural. Magna porque foi além daquilo a que se propunha. Com ela, seguiremos por todo o período em que esse programa sentir-se crítico, vivo e desafiado por aqueles que não se contentam com um mundo como ele é, mas que querem contribuir para processos de ampliação da autonomia, que aqui concebemos como o cerne da noção de desenvolvimento. Por esta generosa contribuição ao programa de mestrado em direito e desenvolvimento da DIREITO GV, agradeço o Professor José Eduardo Faria.

Gostaria, ainda que rapidamente, de dizer algumas palavras sobre a escolha do tema das relações entre o direito e o desenvolvimento como área de concentração de nosso programa de mestrado.

Todos sabemos que a questão do desenvolvimento tornou-se uma obsessão de grande parte do pensamento social e econômico

brasileiro ao longo do século XX. Autores como Sérgio Buarque, Caio Prado, Celso Furtado, Mário Enrique Simonsen, Eugênio Gudin, Hélio Jaguaribe ou Fernando Henrique Cardoso, todos, puseram-se como desafio central das respectivas empreitadas intelectuais refletir sobre o desenvolvimento e a modernização do Brasil. Este continuo debate, no entanto, não teve grande repercussão no campo do direito. Este descompasso entre o pensamento jurídico e as urgentes demandas da sociedade brasileira por desenvolver-se foi a razão decisiva que levou a direção da DIREITO GV a assumir o desafio de conceber um programa voltado a investigar as relações entre o direito e o desenvolvimento. Muitos são os programas de mestrado em direito de grande qualidade no Brasil, porém, a questão do desenvolvimento é periférica, senão ausente destes programas. Evidente que esta é uma escolha que não se pode dissociar da tradição do estudo da questão do desenvolvimento pelas diversas escolas da Fundação Getúlio Vargas, mas a escolha do tema do direito e desenvolvimento deve-se, em especial, à própria trajetória dos diretores da Escola, juristas singulares, pois sempre estiveram, seja no âmbito público ou privado, obstinadamente envolvidos com a questão do desenvolvimento.

Qualquer que venha a ser o olhar do jurista sobre a questão do desenvolvimento, este não deve se confundir com as demais perspectivas teóricas. Por mais interdisciplinar que seja o jurista, há algo que nos é peculiar no estudo do desenvolvimento, ou seja, a nossa intimidade com a arquitetura e o funcionamento das instituições. Instituições que, em uma concepção preliminar, podem ser compreendidas como “[...] as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, [como] os constrangimentos socialmente concebidos para moldar as interações humanas” (Douglas North, 1990). As instituições podem ser de diversas naturezas: política, social, econômica, etc. Aos juristas importa, prevalentemente, a formalização que o direito empresta a qualquer um desses tipos de instituições, pois este constitui o seu ambiente de atuação privilegiada, tanto profissional como acadêmica.

A literatura de direito e desenvolvimento vem enfatizando, desde de meados do século XX, o papel central das instituições jurídicas para a promoção do desenvolvimento. Da mesma forma, o pensamento econômico das últimas décadas parece ter redescoberto o

impacto positivo que as instituições podem ter sobre o desenvolvimento, seja ele econômico, político ou social. Ambas perspectivas parecem ter sido enormemente influenciadas pelas idéias de Max Weber, expressas em *Economia e Sociedade*, ao argumentar que o desenvolvimento de uma economia capitalista depende da existência de um sistema jurídico de natureza legal racional, que garanta previsibilidade e segurança jurídica, favorecendo o investimento e a estabilidade das relações de mercado. Assim, leis prospectivas, direito à propriedade, robustez dos contratos, instituições imparciais de resolução de conflitos, características do Estado de Direito moderno criariam um ambiente indispensável ao desenvolvimento econômico.

A centralidade das instituições como mecanismo indutor do desenvolvimento econômico vem ocupando um enorme espaço na agenda dos programas de reformas estruturais impulsionados pelas agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial, que vêm sendo implementadas no âmbito dos Estados (chamada segunda etapa dos ajustes estruturais), sob a rubrica do “Estado de Direito”. Embora se reconheçam os avanços em termos de compreensão do papel das instituições na promoção do desenvolvimento, esta ênfase na idéia de Estado de Direito de um viés institucionalista e funcional à economia, no entanto, vem recebendo diversas críticas, tanto de natureza metodológica, como substantiva.

Da perspectiva metodológica, questiona-se a exagerada confiança dos neo-institucionalistas na capacidade das instituições de alterar de forma efetiva as expectativas e condutas dos atores econômicos, políticos e sociais; ressaltada a importância de estudar outros âmbitos, como laços de confiança, cultura, padrões educacionais e inserção do Estado em um determinado contexto internacional. Empiricamente, buscam demonstrar como reformas institucionais ortodoxas não tiveram a capacidade de gerar, em distintas realidades onde foram implementadas (América Latina – sendo o Chile a sempre lembrada exceção), o almejado crescimento econômico, enquanto Estados que mantiveram estruturas institucionais heterodoxas avançaram economicamente, desprezando os imperativos clássicos do Estado de Direito (China, Coréia do Sul ou Índia). Ainda da perspectiva metodológica, aponta-se que não se pode confundir estrutura institucional jurídica com meio ambiente

institucional, pois o primeiro é por demais estático, enquanto o segundo, que leva em consideração outros domínios da vida e suas relações, é naturalmente dinâmico.

Da perspectiva substantiva, autores como Amartya Sen têm destacado que não se deve pensar o desenvolvimento de forma desagregada (econômico, social, político, cultural e jurídico), vislumbrando apenas um papel instrumental às instituições legais, em relação ao domínio econômico. Desenvolvimento é um processo integrado, sustenta Sen, que deve incluir os diversos âmbitos da vida social. Cada um deles tem sua importância própria. Mas é da interação dessas esferas que surge o desenvolvimento como conceito integral (Amartya Sen, 2005). Assim, não se pode falar em desenvolvimento integral quando, apesar de crescimento econômico, parcela da população é iletrada, a corrupção é institucionalizada, ou o arbítrio do Estado se aplaca sobre grupos vulneráveis. O desenvolvimento implica a “ampliação da liberdade de escolha e de ação” por parte dos indivíduos, que somente é atingida quando há uma convergência na ampliação da autonomia no diferentes domínios da vida em sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento do direito e de suas instituições, independentemente de suas relações causais com o desenvolvimento do domínio econômico, surge como um valor em si, pois contribui para “aperfeiçoar a capacidade das pessoas – sua liberdade – para exercer direitos e as garantias associadas ao progresso jurídico” (idem). Sob esta perspectiva integrada da noção de desenvolvimento, o estudo das instituições jurídicas deve deixar de ser visto de uma perspectiva meramente funcional e subserviente à economia, mas, sim, integrada a esta e aos demais domínios relevantes para a emancipação da comunidade.

Assim, tomadas em consideração estas preocupações críticas, existe, hoje, um razoável consenso de que as instituições, em geral, e as jurídicas, em particular, importam no processo de desenvolvimento.

Os juristas, que têm como ofício operar o âmbito institucional, encontram-se em uma posição privilegiada para estudar as instituições. Estas se apresentam como um enorme campo de pesquisa para os juristas, que podem melhor explorar a dinâmica de funcionamento das instituições com outros domínios relevantes para o desenvolvimento integrado. Duas perspectivas privilegiadas para que os juristas possam buscar compreender a dinâmica de

PROGRAMA DE Mestrado em Direito e Desenvolvimento

funcionamento e as interações das instituições legais com os demais domínios do desenvolvimento devem ser, necessariamente, os campos dos negócios e o campo e do Estado Democrático de Direito, que, no nosso programa de mestrado, correspondem às duas linhas de pesquisa.

Gostaria de convidar meus colegas Ronaldo Porto Macedo Jr., Carlos Ari Vieira Sundfeld e Flavia Portella Püschel, para que pudessem, respectivamente, apresentar as duas linhas de pesquisa, bem como as disciplinas básicas que compõem nosso programa de mestrado.

Agradeço a todos pela atenção.

O QUE DIFERENCIA O PROGRAMA DE MESTRADO DA DIREITO GV?

RONALDO PORTO MACEDO JR.
(PROFESSOR – DIREITO GV)

Bom dia a todos. Acho que já foi dito que, para nós, este é um momento de alegria, porque culmina em uma reflexão que se iniciou há muito mais tempo. Como já foi dito pelo professor Oscar Vilhena Vieira e como já foram os testemunhos do professor Ary Oswaldo Mattos Filho e também até do professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria, a idéia de ter um programa de pós-graduação fechava o projeto DIREITO GV. O projeto de não apenas fazer um curso de graduação. Desde o início tem sido essa a nossa indagação: precisamos de mais uma escola de direito? Certamente, do ponto de vista numérico, os números já são eloqüentes em revelar que não. Precisaríamos de mais um curso de pós-graduação? Talvez nesse caso os números sejam mais escassos, mas também isso não justificava plenamente o esforço feito em criar um programa de pós-graduação.

Na verdade, a resposta mais importante para essa pergunta está conectada a uma razão histórica que nos levou, em um primeiro momento, a criar a própria graduação de direito, ou seja, é um projeto de renovação, de repensar, em sentido bastante amplo, o que é não apenas o ensino jurídico, mas o que é pesquisa em direito, o que é foco, o que é trabalho em direito.

De alguma forma, o curso de pós-graduação, portanto, cumprirá uma nova etapa de integração com a graduação e de institucionalização da pesquisa produzida na Escola com os alunos. A DIREITO GV tem um grupo de pesquisadores e professores que produzem pesquisa, mas até o presente momento nós não tínhamos, mas teremos no futuro, mestrandos que se envolverão com essa nossa pequena, mas muito ativa comunidade.

Dito isso, a título puramente preliminar, eu gostaria de chamar a atenção para aquilo que este curso de mestrado não é, o que de alguma forma as disciplinas – que compõem a nossa grade – não pretendem ser. Em primeiro lugar, este curso não será um curso de reciclagem, um curso de atualização. Em segundo lugar, este

curso não pretende ser doutrinário, ou dogmático-jurídico, no sentido amplo. Nada contra a reflexão doutrinária, nós vamos ver que ela é um aspecto importante deste programa. No entanto, não é uma característica central, essencial e primordial do curso ser doutrinário, isto é, um curso orientado à sofisticação de uma reflexão puramente dogmática, doutrinária. Em terceiro lugar, este curso também não pretende ser um curso metafísico, no sentido pejorativo da palavra, ou seja, um curso de teorias não-aplicáveis ou construídas fora de um enfoque da sua aplicação, de uma reflexão concreta com o mundo. Por que digo isso? Por que reservei isso para a minha fala? De alguma forma, porque compete a mim apresentar um dos aspectos da programação, que tem a ver, justamente, com as chamadas disciplinas teóricas, menos aplicadas do direito. Para falar sobre isso, gostaria de chamar atenção para uma distinção importante, menos clara no direito e no vocabulário brasileiro, mas muito precisa no vocabulário anglo-saxão.

Se algum de vocês já teve a curiosidade de olhar um programa de currículo de escola americana ou inglesa, viu que muitos cursos desses teóricos de formação costumam utilizar a palavra *jurisprudence*, que remete a um conceito mais arcaico de jurisprudência, isto é, uma reflexão teórica sobre o direito. Às vezes, no mesmo programa, no mesmo curso, ao lado das disciplinas de *jurisprudence*, aparecem os cursos de Filosofia do Direito.

Nós frequentemente não fazemos essa distinção? O que é a *jurisprudence*? O que nós poderíamos traduzir como *jurisprudence*? *Jurisprudence* é uma reflexão teórica sobre o direito, mas constituída com base em problemas que se apresentam no momento da aplicação, no momento da reflexão aplicada do direito. De alguma forma, aquilo que se chama *jurisprudence* nós chamaremos de Teoria do Direito. Com essa imperfeição, porque a Teoria do Direito não traz essa carga de compromisso com a prática, de compromisso com a aplicação, que a palavra *jurisprudence* traz. Contudo, de alguma forma, *jurisprudence* é uma teoria, uma reflexão teórica de médio alcance, porque não se trata de formulação epistemológica dos fundamentos mais abstratos de uma teoria, mas de uma reflexão mais sofisticada sobre institutos, sobre categorias jurídicas importantes.

Se olharmos nosso programa, veremos que existem algumas disciplinas que normalmente se chamam de propedêuticas, ou seja, de

formação. É evidente que uma delas, muito importante, como o professor Oscar Vilhena Vieira já falou, é a disciplina de Introdução ao Direito do Desenvolvimento. Qual é a função básica dessa disciplina? É, em primeiro lugar, criar um vocabulário comum entre os alunos, um foro de encontro dos próprios professores. Ou seja, jamais se pensou que essas disciplinas venham a ser patrimônio pessoal dos professores que eventualmente as ministrem. É uma espécie, portanto, de local em que os temas sobre direito do desenvolvimento possam ser pensados. Parece-me desnecessário dizer, depois da profusão de idéias que a palestra do professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria nos joga, quão problemático e complexo é o tema do direito do desenvolvimento. A própria definição do que é direito e do que é desenvolvimento já nos lança em temas extremamente sofisticados e plurais. O que me faz ver, e parece-me que esse é o ponto que tanto o professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria quanto o professor Oscar Vilhena Vieira enfatizaram, que direito do desenvolvimento, em boa medida, não descreve um assunto específico, ou seja, pelo menos não é assim que é pensando nesta Escola.

Não é o tema do direito do desenvolvimento tal como a escola do *Law and Development* pensou essa questão. É antes uma abordagem, uma preocupação e um foco de pesquisa. Em outras palavras, em certa medida, várias questões relacionadas à reflexão sobre direito contratual, direito tributário, filosofia do direito, direito regulatório têm uma conexão possível com o direito e desenvolvimento.

Essa primeira disciplina, portanto, tem a função de criar uma espécie de vocabulário comum, uma agenda comum, e é por esse mesmo motivo que não se imagina o programa com um currículo completamente fixado, uma espécie de bibliografia básica que se repetirá todos os anos. Não é isso que se pensa; pensa-se, é claro, em uma apresentação para os alunos de alguns referenciais teóricos centrais e no aproveitamento dessa oportunidade para renovação dos temas das pautas. Justamente por ser essa a forma de integração da pequena e, como eu disse, intensa e muito trabalhadora comunidade aqui desta Escola. Um local no qual professores se revezem, que seja freqüentado por pesquisadores e alunos de graduação, sem os preconceitos das escolas mais tradicionais que fazem uma espécie de *apartheid*, um cordão sanitário para alunos de graduação. A idéia é ter uma escola mais integrada nesse aspecto.

A disciplina de Teoria do Direito atende muito mais, por um lado, a ambição de apresentar uma ferramenta metodológica de pensamento sobre direito, ou seja, apresentar a ambição de construir modelos do que é o pensar conceitualmente complexo e rigoroso. Poderia colocar como uma ambição metodológica, uma ambição de treinamento do pensamento, como há também a ambição de criar uma agenda mínima de referências teóricas, e, por outro lado, a idéia de aprofundar um lado da questão do direito do desenvolvimento que talvez não tenha sido enfatizado pela fala do professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria, mas é o que podemos chamar de dimensão epistemológica, dimensão de teoria do conhecimento jurídico. Afinal de contas, o que é esse direito na modernidade? O que é o fenômeno da normatividade na modernidade em nossa experiência contemporânea? De alguma forma, será essa a agenda central dessa disciplina.

A disciplina de História do Direito do Desenvolvimento cumpre uma função também importante dentro desta Escola. Basicamente, como já foi dito e agora repito, é a ênfase na dimensão institucional de uma perspectiva histórica comparada e genética. Como as nossas instituições chegaram aonde chegaram? Como já foi lembrado, esse também foi o mote que orientou o pensamento na montagem deste programa: o mote do professor Mangabeira Unger. Quer dizer, o que é o Direito se não, em boa medida, o pensar as instituições no detalhe? Ou seja: o que o jurista faz com particular proficiência? O que o diferencia do fazedor de política, daquele que desenha políticas macro, freqüentemente tarefa dedicada aos economistas no Brasil? Qual é a diferença do jurista?

O jurista é aquele que faz pensar com detalhes, capaz de pensar como uma lei implementa essas idéias de uma determinada política; como o regulamento que determina e especifica essa lei deve ser feito etc. De algum modo, a idéia de um viés histórico constitui também uma preocupação importante. Gostaria de agregar uma terceira idéia a isso. Quando se pensou na montagem deste curso de mestrado, no momento de nossas reflexões, se imaginava que teria três linhas, e não apenas duas, sobre as quais a professora Flavia Portella Püschel e o professor Carlos Ari Vieira Sundfeld falarão.

Uma terceira linha seria sobre teoria e história das instituições, que já é uma espécie de abordagem teórica daquilo que está pressuposto dessas mudanças, desse foco, dessa preocupação da abordagem que estamos tratando sob o nome de direito do desenvolvimento. Essa terceira linha foi abandonada enquanto linha formal de pesquisa, até porque se imaginou que, para um curso que era inaugurado, ter três linhas não seria uma recomendação, o que nos foi dito até mesmo pelos especialistas do MEC. No entanto, ela foi preservada enquanto uma espécie de linha de pesquisa transversal, ou seja, deixou de existir como linha formal, mas não perdeu um centímetro sequer na sua impregnação nas outras duas linhas. Apenas para dar um exemplo, já caminhando para a conclusão do que eu tinha para falar, recomendaria àqueles que se interessam em saber que tipo de pesquisa, o que se tem em mente quando se fala isso – afinal de contas, o que se pode falar em quinze minutos geralmente é muito genérico e impreciso – que verificassem algumas das publicações, algumas das pesquisas feitas naquilo que se poderia chamar História do Direito do Desenvolvimento. Alguns desses trabalhos estão publicados. Vocês receberam uma publicação de um trabalho do professor David Trubek. Um bom exemplo do tipo de pesquisa em história e instituições, produzido aqui na Escola, é um trabalho recente do professor José Reinaldo Lima Lopes: *Formação de Direito Comercial brasileiro: a criação dos Tribunais do Comércio no Império*. Por que isso é importante? Antes de dar respostas, e não compete a mim fazê-lo, convido os senhores a verificar o tipo de preocupação que tem orientado as linhas de pesquisa desta Escola de maneira mais concreta.

Gostaria de aproveitar meu tempo para falar duas pequenas coisas: enfatizar o aspecto presente na fala do professor Ary Oswaldo Mattos Filho de que pesquisa séria envolve dedicação e, portanto, um trabalho cotidiano e profissional de produção do saber. Nesse sentido, a Escola de Direito fará bem em advertir desde cedo àqueles que se interessam por ela que aqui se pretende inovar também os termos do padrão de exigência, de compromisso. Ou seja, está no rol de coisas que esta Escola não é e não pretende ser um curso de pós-graduação para quem não tem tempo para fazê-lo. Não é uma boa idéia o curso da DIREITO GV para quem não tem tempo para se dedicar.

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

Por fim, gostaria de chamar atenção para outro elemento: O tema da pesquisa tem sido objeto de reflexão e ação por parte da Escola. Para ver o que é ação de pesquisa produzida pela Escola, a minha melhor recomendação é que vejam no *site* as pesquisas já produzidas. O que eu posso dizer, em termos mais gerais, é que a Escola está comprometida com a produção de um padrão de trabalho jurídico-científico e jurídico-analítico significativamente diverso daquilo que é a maioria da produção em pós-graduação no Brasil, ou seja, com o abandono do estilo doutrinário, o estilo doxográfico da compilação de opiniões dos grandes mestres, daqueles que não são tão grandes, e da preocupação em obter um referencial quase de manual, que parece estar presente em boa parte da produção teórica nacional.

Não existe aqui uma rejeição a esse tipo de produção por considerá-la inútil, porcaria, nada disso. Simplesmente diz-se claramente que não é esse o foco da produção estimulada, prestigiada e que será evidentemente cobrada pela Fundação Getulio Vargas.

FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL
(PROFESSORA – DIREITO GV)

Eu gostaria de falar um pouco sobre a primeira linha de pesquisa do nosso programa de mestrado, a linha de Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social. Seguindo a proposta apresentada pelo professor Oscar Vilhena Vieira, gostaria de falar mais sobre o que esta linha representa em termos de pesquisa do que a respeito de cada uma das disciplinas que ela inclui.

De acordo com o nosso projeto, o objetivo geral dessa linha de pesquisa é o estudo do campo normativo que rege o ambiente de negócios. Isto é, o ambiente do desenvolvimento da atividade econômica empresarial e o impacto dessas normas sobre a produção e a distribuição de riquezas. O primeiro aspecto que me parece interessante para quem teve a curiosidade de vir assistir à apresentação do programa hoje é que ele propõe um recorte específico de pesquisa que tende a criar um diferencial em relação ao que normalmente se faz na área do direito relacionado ao desenvolvimento da atividade empresarial.

O nosso recorte é interdisciplinar em dois sentidos: em um primeiro sentido, mais modesto, é interdisciplinar internamente ao direito. Isso significa que essa linha não faz um recorte dos trabalhos de pesquisa pelos ramos tradicionais do direito. Quer dizer, não é mais uma área de direito comercial, direito econômico, direito tributário ou direito trabalhista. O foco no desenvolvimento econômico e social do ambiente de negócios faz com que as pesquisas sejam interdisciplinares já em relação às áreas do direito. A própria lista das disciplinas demonstra isso: temos na mesma linha direito tributário e governança corporativa. Poderia haver uma disciplina do direito do trabalho, por exemplo. O recorte não é o das áreas tradicionais. Em segundo lugar, como também já mencionaram e deixaram bastante claro, o enfoque em direito e desenvolvimento exige do jurista que venha a trabalhar sob essa perspectiva uma abordagem interdisciplinar também em relação a outras áreas do pensamento, como a economia, a sociologia, a ciência política e a administração.

Isso é muito interessante para quem tem vontade de começar uma pesquisa de mestrado, porque me parece que propõe um

desafio interessante e amplia o horizonte de possibilidades de trabalho na área jurídica. Se eu não me engano, foi o professor Ronaldo Porto Macedo Jr. quem mencionou que a nossa proposta não é produzir trabalhos de dogmática jurídica, no sentido que a expressão adquiriu na tradição de trabalhos acadêmicos na área de direito privado no Brasil. De fato, esse não é nosso foco, o que não significa, no entanto, que não exista espaço para o trabalho jurídico-dogmático aqui na Escola. Ele tem espaço nas pesquisas dos professores e terá também no programa de mestrado.

O que o enfoque em direito e desenvolvimento propõe é um desafio específico para quem quer trabalhar com dogmática jurídica. É um desafio que estamos tentando enfrentar nos trabalhos de pesquisa do corpo docente e que será transferido como um desafio aos alunos que ingressarem no mestrado e quiserem trabalhar com dogmática jurídica. Trata-se de fazer uma dogmática jurídica voltada à realidade do país; não simplesmente à construção de sistemas doutrinários, mas à observação de como esses sistemas doutrinários de fato têm sido aplicados, bem como ao potencial que têm para influir na realidade econômica, política e social do país.

Para dar um exemplo do que poderia ser isso, eu até menciono um trabalho que já foi feito na Escola – pela professora Viviane Muller Prado, professora do programa de mestrado, junto com Vinícius Correa Buranelli, que à época era pesquisador da instituição – e pode dar uma noção do que me parece ser pesquisa diferenciada nessa área. A Viviane e o Vinícius fizeram o seguinte: partiram de certas afirmações muito difundidas entre as pessoas que estudam direito societário e mercado de capitais no Brasil e verificaram que, na verdade, essas afirmações são feitas em abstrato e que não existem dados concretos sobre como isso tem funcionado de fato.

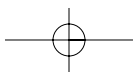
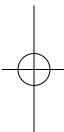
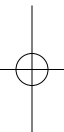
Por exemplo, uma das afirmações que, segundo os autores, é moeda corrente nos debates sobre o direito societário é que a complexidade das estruturas societárias e do mercado de capitais, bem como as peculiaridades da legislação e da regulamentação, dificultam a atuação do poder judiciário, porque os juízes não conseguiriam acompanhar as especificidades e a dinâmica das questões empresariais.

Existe aí uma tese corrente de que o problema é tão complexo que o judiciário não seria uma instituição capaz ou adequada para lidar com essas questões. Mas não existe nenhuma informação concreta

sobre como o poder judiciário tem lidado com essas questões. O que eles fizeram então, na pesquisa, foi levantar as decisões que existem no TJ de São Paulo a respeito desses temas e apurar dados que possam permitir que, no futuro, façamos talvez essa análise de maneira mais embasada.

O que o nosso programa permite é que o jurista que se propõe a fazer um trabalho acadêmico tome para si, além do trabalho jurídico dogmático, outras possibilidades de trabalho como próprias do jurista. Não estamos acostumados a considerar como trabalho do jurista contribuir para o debate sobre políticas públicas no país, por exemplo. Acho que nossa abordagem permite isso, que as pessoas que trabalham com direito privado possam também sentir-se donas, isto é, participantes do debate nessa outra perspectiva.

Com relação às disciplinas, eu não queria tratar de nenhuma delas especificamente; cada uma delas já tem a sua ementa, naturalmente, que está disponível para quem tiver curiosidade de conhecê-las. Eu só queria chamar atenção para o fato de que, no ensino, a Escola tem uma proposta diferenciada, exercitada na graduação e que certamente migrará para a pós-graduação (que, além de formar pesquisadores, formará também professores de direito). A proposta é fazer um ensino diferenciado principalmente pela participação dos alunos. Quer dizer, tirar o aluno da posição passiva. Nós temos trabalhado na graduação com técnicas de ensino participativas e, sem dúvida, isso será também uma característica do mestrado e dos futuros professores que nós queremos formar.



CARLOS ARI VIEIRA SUNDFELD
(PROFESSOR – DIREITO GV)

Eu queria dizer uma palavra sobre a idéia geral que temos quanto a nossa possível clientela e, em seguida, fazer uma breve explicação sobre a linha de pesquisa das instituições de Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social.

Qual é a nossa clientela? Qual é o tipo de aluno que buscamos? Este programa é esperado com grande expectativa, razão pela qual nós, professores, temos sido abordados por pessoas que nos fazem perguntas bem concretas. Reproduzirei algumas delas:

PRIMEIRA PERGUNTA:

A finalidade do mestrado é formar um *business lawyer*?

Não. Se você entende por *business lawyer* alguém muito focado em um tipo de atividade específica, que está procurando aperfeiçoamento profissional para subir na carreira, ponto e basta. Esta não é a nossa proposta. É importante formar um *business lawyer*? É claro. Esta é uma atividade profissional relevantíssima e complexa, mas não é esse o nosso objetivo no programa do mestrado.

SEGUNDA PERGUNTA:

Este programa serve para alguém que quer ser um *business lawyer*?

Sim. As pessoas me perguntam: “Eu quero fazer um mestrado em direito administrativo ou em direito processual civil. É o local adequado?” Respondo com outras perguntas: o que você quer fazer na sua vida? O que exatamente você quer ser fazendo um mestrado em direito administrativo ou em direito processual civil?

A resposta tem mais a ver com o papel que você quer ter na sociedade e na sua profissão e menos com a área de conhecimento em que você quer se focar. Para resumir a minha resposta, eu digo o seguinte: se você quer ter um papel significativo em relação à experiência jurídica contemporânea, o nosso programa serve. Mas, se você quer ter um papel menos significativo, ou seja, restrito à operação do direito, não serve. Será um desperdício de energia.

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

Os papéis significativos que se pode ter em relação à experiência jurídica contemporânea são muito diferentes. É possível, por exemplo, montar complexas operações empresariais, fazer reformas de grandes serviços públicos ou conceber programas de modernização do poder judiciário. Para executar essas tarefas é preciso ter uma formação sólida e de largo espectro. Não é possível que você esteja focado exclusivamente em obter conhecimentos tecnológicos de uma área específica do direito. Nós estamos pensando, portanto, em pessoas capazes de construir políticas públicas, de elaborar grandes projetos e soluções empresariais e de fazer negociações internacionais relevantes. Esta é a clientela que temos em mente.

TERCEIRA PERGUNTA:

Este é um programa voltado exclusivamente para a formação de professores?

Em geral, quando se pensa em mestrado vem à mente algo teórico, abstrato. Isto porque os programas de mestrado tradicionalmente visam formar professores. Diferem sensivelmente dos programas de especialização, cujo objetivo é o profundo aperfeiçoamento profissional. O GVlaw, por exemplo, se dedica a esta última tarefa. O nosso modelo de mestrado, tal como o de outras renomadas instituições de ensino, serve para formar professores. Aí vem a pergunta seguinte: “Se eu não quero ser professor, eu não devo fazer o programa?”

Em resposta eu diria: quem disse que professor só sabe dar aula? Quem disse que a formação de professor só serve para quem vai dar aula? Por que será que as grandes reformas econômicas envolvem sempre professores de economia? Por que será que as grandes reformas do sistema penal envolvem os professores de sociologia? Por quê? Porque são pessoas que estão envolvidas com a compreensão mais global dos fenômenos, os quais precisam ser compreendidos e nos quais se tem de mexer e intervir. Pessoas com formação para ser professor não ficam fadadas a exercer apenas essa profissão para o resto de suas vidas. Elas podem, perfeitamente, exercer um papel ainda mais significativo.

Em síntese, o primeiro ponto que gostaria de deixar bem delineado aos interessados é o seguinte: nosso programa é adequado

para quem busca exercer um papel de destaque, independentemente do objetivo de ser professor. A formação envolve, para ser professor, pensar como um. Não queremos, no entanto, criar um centro de adestramento de professores. Pretendemos ir muito além.

O segundo ponto é que estamos mais preocupados com a experiência jurídica contemporânea do que com a literatura jurídica. A literatura faz parte da experiência jurídica contemporânea, mas não a resume. A professora Flavia Portella Püschel menciona o efeito de pesquisas jurisprudenciais empíricas na determinação, por exemplo, do verdadeiro direito societário, empresarial ou tributário. Nós estamos preocupados com a experiência jurídica em suas múltiplas facetas, e não exclusivamente em produzir literatura. Esta Escola não é uma academia de letras jurídica, apesar de ter seus letrados.

Este é um local de pesquisas para formar pesquisadores, isto é, pessoas capazes de buscar sistematicamente informações para compreender realidades complexas. Nossa preocupação é com a experiência contemporânea, o que não significa que negligenciaremos o passado, muito pelo contrário. Temos uma enorme preocupação com o histórico do direito nesta instituição. Isto porque, evidentemente, a nossa experiência jurídica contemporânea não começou hoje. É preciso, portanto, ter uma perspectiva histórica sob pena de descontextualizar o presente.

Quem pretende ter um papel significativo, transformador e importante no mundo jurídico contemporâneo precisa de uma formação especial, sofisticada. É isso que nós nos propomos a fazer. Para tanto, é preciso que os alunos assumam uma postura ativa no curso, ajudando os professores na produção do conhecimento sobre a experiência jurídica contemporânea. O aprendizado depende da atuação conjunta dos alunos com os professores.

Uma das nossas linhas de pesquisa é ligada às instituições. Como diria a professora Flavia Portella Püschel, este tema sempre foi o foco do direito público na tradição das escolas. Mas será que o direito privado é alheio a esta temática? Ele não tem nada a dizer a este respeito? Não é bem assim. Há, na verdade, uma grande interação entre as linhas de pesquisa. Esta interação fica visível nas próprias disciplinas opcionais que apresentamos aos alunos.

O professor Oscar Vilhena Vieira mencionou a existência de disciplinas obrigatórias ligadas à pesquisa. Estas disciplinas se justificam

PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

na medida em que, se nós não formos capazes de pesquisar, não seremos produtores de conhecimento. Assim, haveria uma ruptura com uma idéia central deste programa: a relação interativa entre alunos e professores na produção do conhecimento. O professor Ronaldo Porto Macedo Jr. mencionou as disciplinas do eixo introdutório e a professora Flavia Portella Püschel lembrou também da linha ligada a negócios. O que se pode notar é que há uma variada gama de disciplinas. Logo, alguém que esteja pensando em fazer um mestrado em direito penal, por exemplo, provavelmente se sentirá confortável em encontrar algo que lhe diga ao coração. Nesta área existe a disciplina “Sistema Penal no Estado Democrático de Direito”, oferecida pela professora Maíra Rocha Machado e pelo professor Theodomiro Dias Neto.

Os professores Oscar Vilhena Vieira e Dimitri Dimoulis oferecem uma disciplina preocupada com o poder judiciário, os direitos fundamentais, a questão da efetividade dos direitos e os direitos constitucionais. Temos também uma disciplina ministrada pela professora Luciana Gross Siqueira Cunha e pelo professor Paulo Eduardo Alves da Silva dedicada a compreender a relação entre processo e justiça. As disciplinas sobre regimes jurídicos internacionais e sobre governança econômica global, geralmente estudadas com o nome de direito econômico internacional, são oferecidas, respectivamente, pelos professores Salem Hikmat Nasser e Michelle Ratton Sanchez.

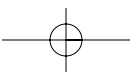
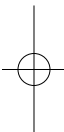
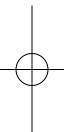
A professora Flavia Portella Püschel também está incumbida de um tema importantíssimo, o da responsabilidade. Eu sou professor de direito administrativo e o meu curso não tem um capítulo sobre responsabilidades do Estado. Este tema está a cargo de alguém que trate da responsabilidade em geral. Mesmo na graduação temos essa interdisciplinaridade.

Está claro que nós temos uma preocupação não exclusivamente nacional. Não queremos olhar para o Brasil isoladamente, mas para a experiência jurídica contemporânea, globalizada. Também não é nosso objetivo isolar as pessoas em áreas dogmáticas, isto é, não queremos formar alguém para ser pesquisador em direito administrativo, estudando somente a teoria do serviço público ou fazendo pesquisas sobre o servidor público. Nós queremos que o aluno seja capaz de compreender globalmente a experiência

jurídica contemporânea. Evidentemente que a pessoa que tem um projeto sobre um tema específico precisará estabelecer um foco. Caso contrário, a pesquisa não poderá contar com a orientação de professores especialistas nas diversas áreas do direito, podendo não se concretizar. O que queremos, insisto, são pessoas capazes de pensar mais globalmente. A aula inaugural mostrou um pouco o tipo de perspectiva que adotamos.

Creio que o professor José Eduardo Campos de Oliveira Faria representa bem essas características. Alguém capaz de olhar para o direito de fora e por dentro dele, de utilizar a teoria do direito e de refletir com profundidade sobre as tendências econômicas. É isso, mais ou menos, o que nós pretendemos que os nossos alunos sejam capazes de fazer. É preciso que tenham uma perspectiva bastante ampliada para que possam cumprir um papel significativo na realidade jurídica, sejam eles construtores de reformas no setor público ou privado, sejam eles professores. Isso não importa. É preciso que sejam pessoas com papéis significativos, as quais estarão inevitavelmente envolvidas com a questão transcendental do desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico, a perspectiva que talvez tenha chamado mais atenção do país durante um certo período, o desenvolvimento social e o desenvolvimento político-institucional sofrem influências das pessoas capazes de ter um papel significativo. Entre elas é preciso que haja profissionais do direito, atualmente deficitários. Este foi o diagnóstico que fez com que montássemos um programa de mestrado nestes moldes. Não é exatamente para suprir o mercado de advogados processualistas, advogados administrativistas ou *business lawyers*. É para dar ao país pessoas que sejam capazes de fazer diferença.



CADERNOS DIREITO GV

APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA EM DIREITO NO BRASIL .1

Marcos Nobre

IMPACT OF THE WTO AGREEMENT ON TEXTILES & CLOTHING ON BRAZILIAN EXPORTS .2 OF TEXTILES AND CLOTHING TO THE UNITED STATES

Guido Fernando S. Soares,
Maria Lúcia Pádua Lima,
Maria Carolina M. de Barros,
Michelle Ratton Sanchez,
Sérgio Goldbaum,
Elaini C. Silva

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA .3

Direito GV
e Valor Econômico

O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO .4

Luciana Gross Cunha,
Alexandre dos Santos Cunha,
Flávia Scabin,
Mariana Macário,
Marcelo Issa

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DO DIREITO .5

Flávia Portella Püschel,
José Rodrigo Rodriguez

I SIMPÓSIO OAB-SP E FGV-EDESP SOBRE DIREITO EMPRESARIAL E NOVO CÓDIGO CIVIL .6

OAB-SP e Direito GV

PREMISSAS DO PROJETO DA DIREITO GV PARA DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO .7 PARA O CURSO DE DIREITO; DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Maurício P. Ribeiro

MODELOS DE ADJUDICAÇÃO/ MODELS OF ADJUDICATION .8

Owen Fiss

RELATÓRIO DA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO .9 E MERCADO DE CAPITAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Viviane Muller Prado,
Vinícius C. Buranelli

PODER CONCEDENTE E MARCO REGULATÓRIO NO SANEAMENTO BÁSICO .10

Alexandre dos Santos Cunha,
André V. Nahoum,
Conrado H. Mendes,
Diogo R. Coutinho,
Fernanda M. Ferreira,
Frederico de A. Turolla

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO .11
Luciana Gross Cunha (org)

FOCOS – CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .12
Michelle Ratton Sanchez (org),
Cassio Luiz de França (org),
Elaini C. G. da Silva (org)

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS .13
Ana Mara F. Machado,
Rafael Francisco Alves

FOCOS – FÓRUM CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .14
Cassio Luiz de França (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL NO BRASIL .15
Maíra Rocha Machado,
Marco Aurélio C. Braga

O MÉTODO DE LEITURA ESTRUTURAL .16
Ronaldo Porto Macedo Júnior

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: COMÉRCIO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA OMC .17
– COMUNIDADES EUROPEIAS VS. BRASIL: O CASO DOS PNEUS
Juana Kweitel (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

EXPERIÊNCIAS E MATERIAIS SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZADO DA DIREITO GV .18
Rafael Domingos F. Vanzella (org)

O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK .19
José Rodrigo Rodriguez (coord),
Ana Mara Machado,
Luisa Ferreira,
Gisela Mation,
Rafael Andrade,
Bruno Pereira

A FORMAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO .20
A CRIAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE COMÉRCIO DO IMPÉRIO
José Reinaldo de Lima Lopes

TRIBUTAÇÃO, RESPONSABILIDADE FISCAL E DESENVOLVIMENTO: .21
DIREITO À TRANSPARÊNCIA ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DA CPMF E DA CIDE-COMBUSTÍVEIS
Eurico Marcos Diniz de Santi (coord)
Tathiane dos Santos Piscitelli,
Andréa Mascitto

O QUE É PESQUISA EM DIREITO E ECONOMIA .22
Bruno Meyerhof Salama

LIMITES DO DIREITO PENAL .23

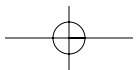
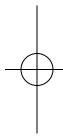
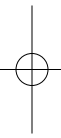
PRINCÍPIOS E DESAFIOS DO NOVO PROGRAMA DE PESQUISA EM DIREITO PENAL NO INSTITUTO MAX-
PLANCK DE DIREITO PENAL ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL
Prof. Dr. Dr. h.c. Ulrich Sieber, Freiburg i. Br.

UMA ETNOGRAFIA DE CARTÓRIOS JUDICIAIS .24

EFEITOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CARTÓRIOS JUDICIAIS SOBRE
A MOROSIDADE PROCESSUAL: ESTUDO DE CASOS EM CARTÓRIOS JUDICIAIS
DO ESTADO DE SÃO PAULO - *LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO*
Paulo Eduardo Alves da Silva (coord.)

PESQUISA EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO .25

DIREITO GV



ANOTAÇÕES

[illegible]

